

**PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ**

ANEXO III.B – DIRETRIZES DA TRANSIÇÃO OPERACIONAL E DE MANUTENÇÃO

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

ÍNDICE

1.	OBJETIVO.....	3
2.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
3.	DA EFICÁCIA DO CONTRATO E INÍCIO DA FASE PRÉ-OPERACIONAL	4
4.	ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA	12
5.	PRINCIPAIS ATIVIDADES DA TRANSIÇÃO OPERACIONAL	15
6.	TREINAMENTOS NA FASE PRÉ-OPERACIONAL	26
7.	CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS	35
8.	EQUIPAMENTOS	39
9.	ENERGIA	40

1. OBJETIVO

1.1. O objetivo do presente ANEXO é:

- 1.1.1. Estabelecer o processo e as responsabilidades para TRANSIÇÃO OPERACIONAL da operação e da manutenção dos SERVIÇOS da CPTM para a CONCESSIONÁRIA. Na TRANSIÇÃO OPERACIONAL serão observadas as condições de convivência entre a CONCESSIONÁRIA, a ARTESP e outras Concessionárias e entidades, conforme as diretrizes previstas no ANEXO III.C.
- 1.1.2. Estabelecer o detalhamento do processo de TRANSIÇÃO OPERACIONAL, o qual ocorrerá durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, período correspondente a FASE PRÉ-OPERACIONAL e à ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 2.1. Para cumprimento e avanço das fases e etapas contratuais previstas no CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá atender às exigências relativas a cada uma delas dispostas neste ANEXO.
- 2.2. Nas condições e nas hipóteses previstas no CONTRATO e neste ANEXO, observada a prerrogativa estabelecida na Cláusula 9.2 do CONTRATO, os prazos de início das fases ou das etapas contratuais poderão ser:
 - i. Adiantados, caso todas as obrigações necessárias à conclusão da fase anterior sejam integralmente cumpridas antes do prazo previsto, o que deverá ser demonstrado pela CONCESSIONÁRIA e verificado na forma estabelecida pelo CONTRATO e neste ANEXO;
 - ii. Prorrogados, por determinação da ARTESP ou mediante pedido da CONCESSIONÁRIA, acatado pela ARTESP, caso demonstrada, em qualquer das hipóteses, a ocorrência de evento de risco ou responsabilidade do PODER CONCEDENTE ou da ARTESP, ou em caso de descumprimento contratual por parte do PODER CONCEDENTE ou da ARTESP, que tenha sido a causa preponderante do descumprimento do prazo contratual; ou
 - iii. Descumpridos, se não for viabilizado o início de alguma das fases ou etapas contratuais em razão da ocorrência de evento de risco ou responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, ocorrência do evento de risco ou responsabilidade do PODER CONCEDENTE ou da ARTESP, ou de descumprimento contratual destes.

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

- 2.2.1. Na hipótese prevista no item 2.2, i, não será aplicável qualquer penalidade à CONCESSIONÁRIA nem será reconhecido qualquer desequilíbrio econômico-financeiro a qualquer das PARTES.
 - 2.2.2. Na hipótese prevista no item 2.2, ii, não será aplicável qualquer penalidade à CONCESSIONÁRIA, devendo o potencial desequilíbrio econômico-financeiro ser analisado na forma do CONTRATO.
 - 2.2.3. Na hipótese prevista no item 2.2, iii, será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA, na forma prevista no CONTRATO e no ANEXO V, devendo o potencial desequilíbrio econômico-financeiro ser analisado na forma do regramento disposto no CONTRATO.
- 2.3. Na hipótese de ocorrência concomitante de eventos de risco ou responsabilidade de ambas as PARTES, ou descumprimento contratual de ambas as PARTES, aplicar-se-á o seguinte:
- i. Serão aplicáveis à CONCESSIONÁRIA as consequências previstas no item 2.2.3 enquanto perdurarem os fatores de risco e/ou responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, ou descumprimento contratual desta.
 - ii. Serão aplicáveis ao PODER CONCEDENTE as consequências previstas no item 2.2.2, se, resolvidos os fatores de risco e/ou responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, persistir a inviabilidade de início da fase ou etapa contratual subsequente em razão de eventos de risco ou responsabilidade do PODER CONCEDENTE ou da ARTESP, ou descumprimento contratual destes.

3. DA EFICÁCIA DO CONTRATO E INÍCIO DA FASE PRÉ-OPERACIONAL

- 3.1. Na DATA DE EFICÁCIA, a CONCESSIONÁRIA deverá ter cumprido as CONDIÇÕES DE EFICÁCIA estabelecidas na Cláusula 5.2 do CONTRATO.
- 3.2. No prazo previsto na cláusula 9.1 do CONTRATO, terá início a FASE PRÉ-OPERACIONAL, período preparatório com duração de 12 (doze) meses, no qual a CONCESSIONÁRIA capacita-se para a operação dos SERVIÇOS, que é parte do processo de TRANSIÇÃO OPERACIONAL, o qual requer um planejamento minucioso por parte da nova CONCESSIONÁRIA.
- 3.3. A FASE PRÉ-OPERACIONAL busca assegurar o início de uma transição eficaz das operações tendo como objetivos gerais:
 - i. Transferência sem interrupção das operações de acordo com um cronograma de implementação a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA em até 5 (cinco) dias úteis do início da FASE PRÉ-OPERACIONAL; e
 - ii. Garantia das condições de segurança operacional e de segurança contra atos de interferência ilícita.

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

3.4. Durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, a CONCESSIONÁRIA terá as seguintes obrigações, a contar do início desta FASE:

- i. Em até 4 (quatro) meses:
 - a. Realizar a transição da manutenção, conforme item 5.2;
- ii. Em até 6 (seis) meses:
 - a. Instalar-se em local específico designado pela CPTM no CCO, para que tenha totais condições de acompanhar a operação e manutenção da CPTM;
 - b. Estar presente nos pátios e complexos de manutenção para acompanhar revisões e manutenções de MATERIAL RODANTE, VIA PERMANENTE, REDE AÉREA DE TRAÇÃO, sinalização e subestações;
 - c. Apresentar os PLANOS, por exceção do (i) PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO, (ii) PLANO GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO e (iii) PLANO ESPECÍFICO DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO;
 - d. Elaborar projeto de adaptação das edificações que não possuem AVCB ativo e que não passarão por reconstruções ou reformas estruturais, para aprovação do Corpo de Bombeiros, nos termos do item 5.3.2.3 infra;
 - e. De forma isonômica, compartilhar com CPTM e ARTESP as informações relacionadas aos processos de recrutamento da CONCESSIONÁRIA, para que os colaboradores da CPTM possuam as mesmas condições de participação de todos os demais candidatos a vagas disponibilizadas pela CONCESSIONÁRIA. A decisão de contratação, ou não, de qualquer empregado da CPTM pela CONCESSIONÁRIA é discricionária. Nos casos em que a CONCESSIONÁRIA e o empregado, em comum acordo, decidirem pela contratação, nenhum ônus trabalhista será transferido da CPTM para a CONCESSIONÁRIA, observado o disposto do item 5.1.3.6.
- iii. Em até 9 (nove) meses:
 - a. Desenvolver e implantar os sistemas de monitoramento da operação e manutenção CMMS e SIGO, sendo a CONCESSIONÁRIA responsável pela capacitação dos seus colaboradores, funcionando em paralelo com os sistemas da CPTM, até o encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL.

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

iv. Em até 12 (doze) meses:

- a. Acompanhar, em conjunto com a ARTESP, a realização, pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, de medições para aferir o desempenho da CPTM, nos termos disciplinados no item “Primeira Fase de Acompanhamento”, constante do ANEXO III.D. O VERIFICADOR INDEPENDENTE em conjunto com a CONCESSIONÁRIA deverá prover os meios, tais como: mão de obra para levantamento de dados em campo ou instalação de dispositivos que automatize essa coleta de dados, para que se obtenha os referidos dados necessários aos cálculos dos INDICADORES DE DESEMPENHO.
- b. Garantir, em conjunto com a ARTESP, que o VERIFICADOR INDEPENDENTE apresente o relatório técnico e a parametrização dos INDICADORES DE DESEMPENHO REFERENCIAIS;
- c. Apresentar o PLANO GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO e PLANO ESPECÍFICO DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO;
- d. Executar os INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS DE CURTO PRAZO, nos termos do ANEXO II.A, enquanto a CPTM continua responsável pela operação e manutenção do SERVIÇO, devendo ser fixado procedimentos de convivência para tanto, observado os termos do ANEXO III.C;
- e. Obter APROVAÇÃO sobre os sistemas CMMS e SIGO para sua disponibilização desde o primeiro dia da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, para atender as demandas do ANEXO III.D, constantes do item 6;
- f. Assumir, caso julgar oportuno, a responsabilidade imediata sobre os CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS, desde que tenha sido encerrada a FASE PRÉ-OPERACIONAL, nos termos do item 7 deste ANEXO, cabendo à própria CONCESSIONÁRIA definir a estratégia de prestação desses serviços, nos prazos estabelecidos;
- g. Providenciar equipamentos adequados e infraestrutura de Informática e CFTV, nos termos do item 8.2 deste ANEXO;
- h. Apresentar Atestado de Brigada de Incêndio e substituir as Brigadas de Incêndios instituídas pela CPTM, nos termos do item 5.3.1 deste ANEXO.
- i. Realizar os treinamentos dentro dos prazos estabelecidos neste ANEXO;

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

- j. Definir estratégia de gestão dos contratos de energia garantindo a quantidade necessária para prestação dos SERVIÇOS, de modo a atender aos INDICADORES DE DESEMPENHO e evitar falhas e/ou interrupções no SERVIÇO.
- k. Diligenciar perante a CETESB a fim de obter tempestivamente a transferência da titularidade das licenças ambientais vigentes, solicitando as devidas retificações, quando o caso, de modo que quando do início da OPERAÇÃO COMERCIAL as licenças estejam em nome da CONCESSIONÁRIA.

3.5. A CPTM terá as seguintes atribuições durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL:

- i. Continuar realizando a operação e a manutenção do SERVIÇO, de forma ininterrupta, honrando todos os custos e despesas operacionais e auferindo as receitas tarifárias e acessórias, a fim de manter o nível de serviço prestado;
- ii. Garantir a continuidade da execução de manutenção e revisão do MATERIAL RODANTE, conforme dados previstos no ANEXO II.F e no documento de Situação da Frota Disponibilizada constante do ANEXO I, nos contratos de manutenção de MATERIAL RODANTE e respectivos aditivos;
- iii. Garantir, durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, a continuidade da execução e manutenção dos CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS até o final da respectiva vigência, conforme previsto nos contratos e respectivos aditivos;
- iv. Em até 3 (três) meses, destinar local específico e adequado para que a CONCESSIONÁRIA possa supervisionar a operação e manutenção dos SERVIÇOS, inclusive destinando à CONCESSIONÁRIA espaço adequado no CCO a ser compartilhado;
- v. Fornecer informações precisas e fidedignas para que a CONCESSIONÁRIA tenha totais condições de: (a) executar as principais atividades da TRANSIÇÃO OPERACIONAL, listadas no item 6; (b) receber treinamentos; (c) vir a gerir, no caso de eventual sub-rogação, os CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS; (d) acessar s equipamentos objeto dos SERVIÇOS; e (d) assumir a responsabilidade pelos pagamentos dos custos de energia de alta tensão (tração) decorrentes dos contratos que permanecerão em nome da CPTM, até 31/12/29, nos termos do item 9 ;
- vi. Promover todos os treinamentos de sua responsabilidade, respeitando a carga horária pré-estabelecida. Caso a CONCESSIONÁRIA indique que o nível do treinamento não foi satisfatório, a CPTM deverá realizar um novo programa de capacitação, até atingir o nível satisfatório indicado pela CONCESSIONÁRIA;

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

- 3.6. Uma vez instalado o COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, nos termos do CONTRATO, deverá observar o regramento a seguir.
- 3.6.1. O Comitê será composto por 4 (quatro) representantes da ARTESP e 4 (quatro) representantes da CONCESSIONÁRIA.
- 3.6.2. Será admitido que as PARTES promovam a substituição de integrantes por ela designados ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, desde que exista prévia comunicação à outra PARTE.
- 3.6.3. Diante do compartilhamento da infraestrutura das LINHAS e dos BENS INTEGRANTES, a CPTM, a MRS, a CONCESSIONÁRIA DO TIC EIXO NORTE e demais concessionárias de serviços públicos de transporte de passageiros integrados aos serviços das LINHAS poderão indicar, cada uma, até 2 (dois) representantes para o COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, nos termos do seu Regulamento, visando a contribuir e facilitar os entendimentos relativos às regras de convivência nas áreas que lhe dizem respeito, sem participar das deliberações do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA.
- 3.6.3.1. As reuniões que contarão com representantes da CPTM, da MRS, da CONCESSIONÁRIA DO TIC EIXO NORTE serão definidas pelos representantes da ARTESP, à luz da necessidade de sua participação para os assuntos em pauta, ouvidos os representantes da CONCESSIONÁRIA.
- 3.6.4. A composição do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA poderá ser futuramente alterada por decisão discricionária do PODER CONCEDENTE ou da ARTESP.
- 3.6.4.1. Em qualquer hipótese, será preservada a paridade de representantes da ARTESP e da CONCESSIONÁRIA.
- 3.6.5. As deliberações do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA terão efeito opinativo, observadas as hipóteses específicas deste ANEXO, cabendo a deliberação final à ARTESP.
- 3.6.5.1. Caso a CONCESSIONÁRIA não esteja de acordo com o decidido, poderá contestar a decisão da ARTESP por meio dos mecanismos de solução de controvérsias previstos em CONTRATO.
- 3.6.5.2. As deliberações do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA deverão ser, quando referendadas pela ARTESP, implementadas imediatamente pela CONCESSIONÁRIA, sendo a ela garantidas, para preservação de seus direitos, as prerrogativas de apresentar ressalvas sobre quaisquer deliberações do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, e de defender sua irrisignação quanto a estas ressalvas, pelos mecanismos de solução de controvérsias previstos em CONTRATO.

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

- 3.6.6. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA não poderá estabelecer ônus e direitos para além daqueles já previstos no CONTRATO.
- 3.6.6.1. A CONCESSIONÁRIA deverá consignar, expressamente, nas deliberações do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, a possibilidade de impacto sobre o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, devendo a deliberação, em qualquer hipótese, ser submetida à apreciação da ARTESP, previamente à sua aplicação.
- 3.6.6.2. Da aplicação da deliberação, poderá decorrer o direito da CONCESSIONÁRIA ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, caso presente alguma das hipóteses previstas em CONTRATO, o qual será formalizado mediante termo aditivo ao CONTRATO.
- 3.6.7. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA instituirá, em até 10 (dez) dias, contados da data de sua constituição, as regras de convivência a serem observadas entre a CONCESSIONÁRIA e a CPTM ou sua sucessora para tratamento de questões técnicas e técnico-operacionais, observadas as responsabilidades definidas na Cláusula 11 do CONTRATO e as constantes dos itens 3.6 e 3.7.
- 3.6.7.1. As diretrizes de convivência deverão: (i) contemplar a forma de disponibilização, pela CONCESSIONÁRIA, de acesso aos BENS INTEGRANTES que já estejam sob sua posse e responsabilidade, quando necessária para atividades a serem executadas, direta ou indiretamente, pela ARTESP ou pela CPTM, incluindo a descrição dos intervalos operacionais a serem observados para os acessos; e (ii) definir a matriz de interface e responsabilidades entre a CONCESSIONÁRIA, a ARTESP e a CPTM ou sua sucessora.
- 3.6.7.2. O acionamento do PAESE poderá ser requerido tanto em emergências operacionais ou de manutenção, quanto de necessidades de interrupções programadas dos serviços de OPERAÇÃO COMERCIAL, vinculadas a interfaces na execução de obras, realização de testes e outros, nos moldes previstos nos ANEXOS III.A e III.C.
- 3.6.8. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA permanecerá instalado enquanto forem exercíveis as suas competências e forem aplicáveis as regras de convivência, podendo ser dissolvido temporariamente ao longo do período em que não for necessária sua atuação, e posteriormente reinstalado, por decisão dos representantes da ARTESP ou, ainda, por solicitação da CONCESSIONÁRIA, mediante aprovação da ARTESP.
- 3.7. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA observará as seguintes diretrizes em sua condução:
- 3.7.1. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA se reunirá em até 10 (dez) dias após sua instalação.

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

- 3.7.2. A CONCESSIONÁRIA enviará para a ARTESP as tabelas com os cronogramas e pautas das reuniões agendadas.
 - 3.7.3. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA deverá se reunir mensalmente, ou quando convocado pela ARTESP, para acompanhar e dar suporte à TRANSIÇÃO OPERACIONAL as reuniões deverão ser consignadas em ata, cujo teor deverá ser juntado ao processo administrativo de acompanhamento do CONTRATO.
 - 3.7.4. A participação do PODER CONCEDENTE nas reuniões do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA será facultativa e poderá ocorrer mediante solicitação prévia ou por interesse do PODER CONCEDENTE.
 - 3.7.5. A ata da reunião deverá conter, pelo menos, informações referentes aos dados de hora, local, participantes, os temas tratados, eventuais encaminhamentos, com indicação dos responsáveis, datas previstas para reporte das ações adotadas, deliberações e demais manifestações ocorridas na reunião, e deverá ser posteriormente juntada ao processo administrativo de acompanhamento do CONTRATO.
- 3.8. Elaboração do PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL – PTO
- 3.8.1. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar o PTO levando em consideração a necessidade de estabelecer comunicação plena com todos os interessados acerca dos potenciais problemas da transição, desde o primeiro dia DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO.
 - 3.8.2. O conteúdo do PTO deverá contemplar, pelo menos, o seguinte:
 - 3.8.2.1. Descrição da estrutura organizacional da CONCESSIONÁRIA, com a definição das áreas de responsabilidade bem como apresentação do modelo de governança a ser adotado a preservar os direitos dos PASSAGEIROS, e as principais decisões a serem compartilhadas;
 - 3.8.2.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar a relação da equipe de gestão, indicando, minimamente:
 - i. Indicação do gestor do CONTRATO;
 - ii. Indicação do nome da pessoa responsável pela operação e manutenção dos SERVIÇOS;
 - iii. Indicação do nome da pessoa responsável pela segurança dos SERVIÇOS;

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

- iv. Indicação do nome da pessoa responsável pelo MATERIAL RODANTE e respectiva manutenção; e
 - v. Indicação do nome da pessoa responsável pela gestão dos CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS que eventualmente vierem a ser assumidos pela CONCESSIONÁRIA.
- 3.8.2.2. Relação da equipe de transição, com os responsáveis diretos pelo acompanhamento das principais áreas funcionais que, dentre outras atividades, deverá validar as decisões gerenciais, na ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA;
- 3.8.2.3. Ações referentes à garantia das condições de segurança operacional, falhas emergenciais na operação e de segurança civil contra atos de interferência ilícita;
- 3.8.2.3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar complemento ao programa de treinamento estabelecido neste ANEXO e ações que atendam aos requisitos de segurança operacional que contemple todos os MULTIPLICADORES e empregados que trabalharão na área operacional ou em atividades relacionadas com a segurança operacional, para garantir a segurança das operações na TRANSIÇÃO OPERACIONAL.
- 3.8.2.4. Declaração de conformidade aos itens de manutenção, contendo identificação das oportunidades de melhoria, ações de curto prazo para a manutenção da segurança operacional, manutenção dos trens e prazos.
- 3.8.2.4.1. Para obtenção da não objeção, pela ARTESP, ao PTO é necessário o ato de validação e APROVAÇÃO emitido pelo AUDITOR INDEPENDENTE, para:
- i. A complementação do programa de treinamento.
 - ii. A declaração de conformidade aos itens de manutenção contendo identificação das oportunidades de melhoria, ações de curto prazo para a manutenção da segurança operacional e prazos;
- 3.8.2.4.2. A não objeção da ARTESP ao PTO não enseja qualquer responsabilidade a esta, nem altera a alocação de riscos estabelecida originalmente no CONTRATO, permanecendo a CONCESSIONÁRIA integralmente responsável pelas obrigações

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

da OPERAÇÃO COMERCIAL decorrentes do CONTRATO e seus ANEXOS e sua própria estratégia de segurança operacional.

3.8.3. A CONCESSIONÁRIA deverá enviar o PTO à ARTESP em até 6 (seis) meses após a DATA DE EFICÁCIA.

3.8.3.1. A ARTESP deverá, em até 40 (quarenta) dias após o recebimento completo do PTO, analisá-lo para verificação do atendimento aos requisitos contratuais, observado os termos do item 3.8.2.4.1.

3.8.3.2. Caso sejam necessários ajustes e/ou esclarecimentos, a CONCESSIONÁRIA e a ARTESP deverão observar os mesmos prazos de entrega e análise de novo plano.

3.9. Do encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL

3.9.1. O AUDITOR INDEPENDENTE deverá elaborar o RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO e submetê-lo às PARTES, junto ao INVENTÁRIO proposto, em até 90 (noventa) dias antes do encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL, conforme as diretrizes do ANEXO III.F.

3.9.1.1. Especificamente quanto ao recebimento dos trens cedidos à VIAMOBILIDADE pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO e ANEXO I, caso o RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO indique inadequações quanto ao seu estado de conservação, frente às condições constantes do ANEXO II.F e no documento de Situação da Frota Disponibilizada constante do ANEXO I, as retificações das inadequações configurarão EVENTO DE DESEQUILÍBRIO e a CONCESSIONÁRIA fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos do ANEXO I.

3.9.2. Após eventual adequação do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO, a ser procedida pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme recomendação do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA e deliberação da ARTESP, e obtida APROVAÇÃO e não objeção da ARTESP para início da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL nos termos do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA será convocada para assinatura do INVENTÁRIO, que integrará ao TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE.

3.9.3. A FASE PRÉ-OPERACIONAL será encerrada com a assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE.

4. ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

- 4.1. A ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA corresponde a um período de 12 (doze) meses da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL, sendo a segunda e última parte da TRANSIÇÃO OPERACIONAL e com o objetivo de assegurar que a CONCESSIONÁRIA:
- i. Possua capacidade para assumir a ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL PLENA, bem como todas as suas responsabilidades e riscos atreladas a esta atividade;
 - ii. Recebeu a devida transferência de conhecimento da CPTM, nos termos dos itens 6.1, 6.2, 6.3 e 6.4 e aprimorou seus conhecimentos e capacidade de executar as funções objeto do CONTRATO com o devido quadro de profissionais qualificados para tal, utilizando-se das funções de supervisão, operação e de manutenção exercidas pela CPTM, nos termos deste ANEXO e da Cláusula 38;
- 4.2. Durante a ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, a CONCESSIONÁRIA deverá:
- i. Com quadro de profissionais adequado com a devida qualidade e quantidade, assumir de forma imediata seu escopo no âmbito da CONCESSÃO, incluindo todos os custos e despesas operacionais necessários para manter o nível de serviço prestado pela CPTM, nos termos dos INDICADORES DE DESEMPENHO REFERENCIAIS;
 - ii. Atingir os níveis mínimos dos INDICADORES DE DESEMPENHO REFERENCIAIS previstos para o 2º ano do PRAZO DA COCNESSÃO, nos termos do ANEXO III.D;
 - iii. Em até 1 (um) mês, destinar local específico e adequado para que a CPTM possa supervisionar a operação e manutenção do SERVIÇO, inclusive destinando a este espaço no CCO a ser compartilhado;
 - iv. Realizar as revisões gerais dos 4 trens da série 7000;
 - v. Realizar as revisões e manutenções que julgar adequadas no MATERIAL RODANTE, conforme contratos vigentes da CPTM com outros fornecedores, se forem sub-rogados, e disposições do item 7.2, PLANOS OPERACIONAIS e PLANOS DE MANUTENÇÃO vigentes e visando cumprir os INDICADORES DE DESEMPENHO;
 - vi. Adquirir, locar ou arrendar (*leasing*) maquinário mínimo para manutenção de EQUIPAMENTOS fixos;
 - vii. Reembolsar os custos dos funcionários da CPTM relacionados à OPERAÇÃO ASSISTIDA antes do término desta fase; e
 - viii. Trazer as devidas evidências do cumprimento de todas estas obrigações listadas acima para avaliação do AUDITOR INDEPENDENTE.

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

- 4.3. A CPTM terá as seguintes atribuições durante a ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA:
- i. Assistir e auxiliar à operação e manutenção da CONCESSIONÁRIA, inclusive tendo direito a local específico dentro do CCO da CONCESIONÁRIA;
 - ii. Compartilhar com a CONCESSIONÁRIA os softwares disponíveis específicos da manutenção da CPTM para as LINHAS (tais como: Software de configuração e manutenção do sistema PA/PIS; Software de manutenção do sistema de ar condicionado; Software de manutenção do sistema de portas; Software de manutenção do sistema TCMS e Software para programação e manutenção do Sistema de Tração) necessários à OPERAÇÃO NORMAL, incluindo os dados do diário de operação relacionados às LINHAS.
- 4.4. Durante a ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, a ARTESP deverá garantir a transição adequada e a convivência com demais entes conforme descrito no ANEXO III.C.
- 4.5. O VERIFICADOR INDEPENDENTE aferirá mensalmente os INDICADORES DE DESEMPENHO da CONCESSIONÁRIA, enviando cópia para a ARTESP, o AUDITOR INDEPENDENTE e a CONCESSIONÁRIA;
- 4.5.1. Independentemente do envio mensal de informações e conforme previsto no CONTRATO, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá, conforme solicitação do AUDITOR INDEPENDENTE, consolidar os dados aferidos durante a OPERAÇÃO ASSISTIDA, a fim de elaborar relatório que consolide o desempenho da CONCESSIONÁRIA do período.
 - 4.5.2. O relatório mencionado no item acima deverá ser objetivo e consolidar as informações do período, incluindo seção específica para avaliar a evolução do desempenho da CONCESSIONÁRIA ao longo dos meses e outra para comparar o desempenho da CONCESSIONÁRIA com os INDICADORES DE DESEMPENHO REFERENCIAIS.
 - 4.5.3. A pesquisa de satisfação deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias da entrega da conclusão das capacitações e ser enviada ao AUDITOR INDEPENDENTE, independentemente de qualquer solicitação.
- 4.6. A CONCESSIONÁRIA deverá solicitar a APROVAÇÃO do AUDITOR INDEPENDENTE quanto ao cumprimento de todas as obrigações relativas à ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, em até 10 (dez) meses da data de assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, nos termos do CONTRATO.
- 4.7. Mediante justificativa técnica formal, após 6 (seis) meses do início da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL, a CONCESSIONÁRIA poderá solicitar, após APROVAÇÃO do AUDITOR INDEPENDENTE e não objeção da ARTESP, a conclusão antecipada da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, comprovando o cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO e a conclusão das

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

obrigações contratuais, especialmente dos INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS DE CURTO PRAZO, nos termos do item 3.4, inciso (v-a) e da Cláusula 9.1.1 do CONTRATO.

5. PRINCIPAIS ATIVIDADES DA TRANSIÇÃO OPERACIONAL

5.1. ASSUNÇÃO DE MÃO DE OBRA PROVINDA DA CPTM NA ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA

5.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá fazer uso de mão-de-obra experiente da CPTM, nos primeiros 180 (cento e oitenta) dias da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, para exercício de parcela das funções de supervisão, operação e de manutenção da CONCESSIONÁRIA, com o intuito de garantir que a TRANSIÇÃO OPERACIONAL ocorra sem interferências na qualidade dos SERVIÇOS.

5.1.2. A mão-de-obra a ser disponibilizada pela CPTM será relacionada às funções de operação e manutenção, conforme especificações a seguir e selecionada, em comum acordo entre a CONCESSIONÁRIA e a CPTM, durante a FASE PRÉ OPERACIONAL, devendo a CPTM disponibilizar a mão-de-obra à CONCESSIONÁRIA no mínimo por um período de 3 (três) dias anteriores ao início da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA para integração junto à CONCESSIONÁRIA.

5.1.3. Condições mínimas de prazo e critérios:

5.1.3.1. A CONCESSIONÁRIA receberá o quadro de empregados operacionais e de manutenção definido para o período, cujos custos deverão ser reembolsados à CPTM. Os funcionários da CPTM alocados à CONCESSIONÁRIA irão atuar sob a orientação dos responsáveis designados pela CONCESSIONÁRIA para cada função, sem qualquer interferência da CPTM na forma de prestação dos serviços.

5.1.3.2. Não obstante a alocação de funcionários da CPTM à CONCESSIONÁRIA para fins da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, a CONCESSIONÁRIA permanecerá como responsável pela prestação dos SERVIÇOS, na forma indicada no CONTRATO, não sendo, em nenhuma hipótese, desonerada de qualquer obrigação, responsabilidade, ou penalização, pelo fato de eventual descumprimento ou infração contratual decorrente de conduta atribuível ao empregado alocado à CONCESSIONÁRIA.

5.1.3.3. Na hipótese de conduta inapropriada de empregado da CPTM que tenha sido alocado à CONCESSIONÁRIA, com atuação deficiente ou em desacordo com orientações da CONCESSIONÁRIA, esta poderá, a seu exclusivo critério, solicitar a substituição do empregado da CPTM por outro que exerça função equivalente, devendo a CPTM atender à solicitação no prazo máximo de 15

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

(quinze) dias e proceder com as averiguações disciplinares adequadas na hipótese de desídia.

- 5.1.3.4. Com 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência do encerramento do prazo de alocação de empregados da CPTM, a CONCESSIONÁRIA poderá manifestar interesse na prorrogação desse prazo por até 180 (cento e oitenta) dias, comunicando à CPTM o prazo de prorrogação desejado. Para eventuais alterações na quantidade ou nas funções exercidas pelos empregados demandados, dentre as listadas na tabela abaixo, a CPTM deverá ser comunicada com 90 (noventa) dias de antecedência, devendo tal solicitação ser atendida pela CPTM se a quantidade solicitada não superar o quantitativo para cada função listada na tabela citada. Caso a CONCESSIONÁRIA solicite a designação de quantitativo maior do que o listado na tabela abaixo, a CPTM poderá atender à solicitação, a seu critério, desde que a alocação desses empregados não gere prejuízos às atividades desempenhadas pela CPTM.
- 5.1.3.5. Qualquer alteração na quantidade ou nas funções exercidas pelos empregados demandados deverá refletir na remuneração da CONCESSIONÁRIA para a CPTM.
- 5.1.3.6. A CONCESSIONÁRIA, durante o processo seletivo para eventual contratação de empregados da CPTM, informará à CPTM quais os empregados que tem interesse em recrutar e contará com a CPTM para envidar todos os esforços na liberação dos profissionais, sem prescindir dos necessários aspectos legais e processuais, vedada a hipótese de sucessão trabalhista.
- 5.1.3.7. Não haverá obrigatoriedade de transferência de empregados oriundos da CPTM para o quadro permanente da CONCESSIONÁRIA. Na hipótese de contratação, pela CONCESSIONÁRIA, de empregados da CPTM, não haverá qualquer espécie de sucessão entre a CONCESSIONÁRIA e a CPTM, de sorte que a CONCESSIONÁRIA não responderá por quaisquer obrigações e/ou passivos de natureza trabalhista e/ou previdenciária anteriores à contratação direta dos empregados pela CONCESSIONÁRIA. Mesmo no caso da mão-de-obra disponibilizada provisoriamente pela CPTM à CONCESSIONÁRIA, caberá à CPTM a responsabilidade pelo cumprimento e custeio de todos os encargos legais, inclusive trabalhistas, de seus empregados, nos termos da do CONTRATO. Encerrado o prazo de alocação disposto neste ANEXO, todos os empregados que foram alocados provisoriamente à CONCESSIONÁRIA retornarão aos seus postos originais na CPTM

5.1.4. Cargos, quantidades e custos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

- 5.1.4.1. A tabela a seguir descreve os cargos, quantidades e custos de mão de obra de operação e de manutenção providas da CPTM, que devem ser alocadas no quadro de empregados da CONCESSIONÁRIA nos primeiros 180 (cento e oitenta) dias da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA:

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

CARGO	QUANTIDADE DE MÃO DE OBRA CONTRATADA DA CPTM	VALOR DE DESEMBOLSO MENSAL POR EMPREGADO	VALOR MENSAL A SER REEMBOLSADO À CPTM
Lider de Manutenção – Civil	2	R\$ 14.456,25	R\$ 28.912,50
Lider de Manutenção – Industrial	5	R\$ 15.472,72	R\$ 77.363,60
Lider de Manutenção – Metalúrgico	1	R\$ 15.197,03	R\$ 15.197,03
Lider de Manutenção – Via Permanente	2	R\$ 15.413,05	R\$ 30.826,10
Supervisor Geral de Manutenção	12	R\$ 21.290,99	R\$ 255.491,88
Técnico de Manutenção, Projetos e Obras:			
- Rede aérea	2	R\$ 17.168,92	R\$ 34.337,84
- Energia	2	R\$ 16.699,86	R\$ 33.399,72
- Via permanente	5	R\$ 16.962,00	R\$ 84.810,00
- Sistemas	6	R\$ 17.368,70	R\$ 104.212,20
- Telecomunicações	3	R\$ 16.985,70	R\$ 50.957,10
Oficial de Manutenção Elétrica	9	R\$ 12.672,53	R\$ 114.052,77
Oficial de Manutenção Mecânica	9	R\$ 12.717,27	R\$ 114.455,43
Maquinista	390	R\$ 14.156,51	R\$ 5.521.038,90
Operador de Console de Circulação	5	R\$ 17.979,72	R\$ 89.898,60
Operador de Console de Passageiros	5	R\$ 14.946,72	R\$ 74.733,60
Supervisor Geral de Tração	12	R\$ 22.621,63	R\$ 271.459,56
Supervisor Geral do CCO	5	R\$ 20.259,48	R\$ 101.297,40
TOTAL	475		R\$ 7.002.444,23

5.1.4.2. Os valores de desembolso mensal por empregado baseiam-se em valores médios praticados pela CPTM, estão na DATA BASE, e representam o valor a ser ressarcido à CPTM, independentemente da remuneração efetiva do empregado designado à CONCESSIONÁRIA. Os valores deverão ser reajustados anualmente, por meio da variação do IPCA ocorrida entre a DATA BASE e o mês anterior a cada aniversário do CONTRATO, conforme regra estabelecida no item 9.1 do ANEXO IX.

5.1.4.3. Os quantitativos indicados na tabela acima referem-se aos recursos que estarão disponíveis para assistir à CONCESSIONÁRIA, ainda que não sejam utilizados em sua integralidade durante toda a ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, observado o item 5.1.4.3.1.

5.1.4.3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá reembolsar mensalmente à CPTM o valor total constante da tabela acima, independentemente da sua efetiva utilização dos empregados nela previstos, durante os

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

primeiros 90 (noventa) dias da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA. Nos demais 90 (noventa) dias, não havendo a utilização de maquinistas da CPTM para acompanhamento dos operadores de trens da CONCESSIONÁRIA, conforme previsto no item 6.6.4, a parcela referente a essa função será reduzida do valor a ser reembolsado pela CONCESSIONÁRIA à CPTM. O reembolso deverá ser realizado mensalmente, em até 10 (dez) dias do início de cada mês calendário, mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela CPTM.

- 5.1.4.4. Caso a utilização de empregados da CPTM reembolsados por este critério se estenda por mais de um ano desde o início da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL, estes valores serão corrigidos, pelo IPCA.
- 5.1.4.5. Os cargos previamente definidos apresentam minimamente as qualificações descritas a seguir:
 - 5.1.4.5.1. Líder de Manutenção – Civil: O líder de manutenção na área de construção civil acompanha e orienta as atividades de manutenção corretiva e preventiva de equipamentos e infraestruturas prediais. Distribui serviços aos empregados, elabora escalas de trabalho e acompanha ordens de serviço, entre outras atividades. O profissional terá no mínimo 3 (três) anos de experiência.
 - 5.1.4.5.2. Líder de Manutenção – Industrial: O líder de manutenção industrial supervisiona as atividades de manutenção elétrica e eletromecânica e similares, de acordo com metas e normas de segurança, saúde e qualidade, administra recursos materiais, técnicos e financeiros e revisa planos de inspeções. Em relação a novos empreendimentos, analisa com o superior detalhes e instruções técnicas do projeto a ser executado. Orienta e acompanha a execução do cronograma. Interpreta projetos, relatórios, registros da construção e ordens de serviço, participa das instalações elétricas do canteiro de obras, definindo locais físicos conforme projeto. Compõe equipes, distribui tarefas e acompanha a realização delas. O profissional terá no mínimo 3 (três) anos de experiência.
 - 5.1.4.5.3. Líder de Manutenção – Metalúrgico: O líder de manutenção metalúrgico lidera a equipe de demais oficiais nas rotinas de manutenção metalúrgica, efetua manobras em trens de serviços, montagem e instalação de máquinas, componentes e equipamentos. Avalia condições de funcionamento de

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

componentes e programa parada de máquinas para manutenção. O profissional terá no mínimo 3 (três) anos de experiência.

- 5.1.4.5.4. Líder de Manutenção – Via Permanente: O líder de manutenção de via permanente acompanha e orienta as atividades de manutenção corretiva e preventiva de equipamentos e infraestruturas relacionadas à via permanente, efetua manobras em trens de serviços. Distribui serviços aos empregados, elabora escalas de trabalho e acompanha ordem de serviços, entre outras atividades. O profissional terá no mínimo 3 (três) anos de experiência.
- 5.1.4.5.5. Supervisor Geral de Manutenção: Profissionais de supervisão geral de manutenção planejam, supervisionam e orientam tecnicamente as atividades de manutenção preventiva, corretiva e preditiva de sua área de atuação específica (trens metropolitanos), fazendo cumprir normas, instruções de serviço, programações, cronogramas e estratégias de manutenção. O profissional terá no mínimo 8 (oito) anos de experiência.
- 5.1.4.5.6. Técnico de Manutenção, Projetos e Obras: Executa funções de manutenção, projetos e obras de acordo com as atividades de manutenção preventiva ou corretiva dos sistemas e equipamentos e atua no desenvolvimento e monitoramento de projetos de acordo com sua especialidade.
- 5.1.4.5.7. Oficial de Manutenção Elétrica: Executa atividades de manutenção preventiva, corretiva e preditiva em sistemas e ou equipamentos elétricos e eletrônicos em alta, média e baixa tensão, mantendo-os em funcionamento de acordo com as especificações definidas em procedimentos e normas.
- 5.1.4.5.8. Oficial de Manutenção Mecânica: Executa trabalhos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva de mecânica, hidráulica, pneumática de acordo com procedimentos e normas estabelecidas; realiza diagnóstico para identificar o defeito, programar a necessidade de peças de reposição e/ou recondicionamento; testa o equipamento e garante que este esteja pronto para uso.
- 5.1.4.5.9. Maquinista: Opera trem unidade e/ou locomotiva, nas modalidades automático, semiautomático e manual,

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

preparando-os para entrar em serviço, examinando livro de bordo, documentos de trens, parte mecânica, instrumentos e outros. Pode ainda realizar testes e manobras, possibilitando o transporte urbano e suburbano de passageiros, e auxilia na monitoração da prática operacional para formação de novos maquinistas. Por fim, pode executar outras tarefas inerentes à sua área, como elaborar relatórios de viagens da composição. O profissional terá no mínimo 5 (cinco) anos de experiência.

- 5.1.4.5.10. Operador de Console de Circulação (CCO): Controla a circulação de trens e veículos metroferroviários de manutenção, programa horários de circulação de trens, inclusive em casos de pane. Controla atividades de pátios e terminais. Presta serviços de apoio ao usuário e supervisiona equipe de trabalho. Preenche relatórios, planilhas, documentos de despacho, diário operacional e boletins de ocorrência. O profissional terá no mínimo 8 (oito) anos de experiência.
- 5.1.4.5.11. Operador de Console de Passageiros (CCO): Opera e comanda equipamentos de monitoramento e controle de energia elétrica. Registra e controla dados operacionais, falhas, ocorrências e programações de serviços relacionadas aos sistemas operacionais, emitindo os respectivos relatórios. Administra estações. Presta serviços de apoio ao usuário e supervisiona equipe de trabalho. Preenche relatórios, planilhas, documentos de despacho, diário operacional e boletins de ocorrência. O profissional terá no mínimo 8 (oito) anos de experiência.
- 5.1.4.5.12. Supervisor Geral de Tração: Profissional responsável pelos processos relativos à administração e disponibilização dos veículos da frota. Além disso, também é sua função implementar novos processos, receber e preparar carros novos, fazer o controle de veículos, acompanhar a movimentação e a utilização da frota. O profissional terá no mínimo 8 (oito) anos de experiência.
- 5.1.4.5.13. Supervisor Geral de Centro de Controle Operacional (CCO): Supervisiona a equipe de operadores de CCO, mediando a equipe do CCO com a operação externa das unidades, controlando as informações disponibilizadas em busca de eficiência operacional e a qualidade no atendimento aos usuários. Pode desempenhar outras atividades, como a aplicação de treinamentos e atribuições que colaborem para a

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

melhoria contínua do fluxo operacional. É o responsável pela supervisão de todas as ações de controle efetuadas pelo CCO para prover a oferta de transporte programada, o controle e a disponibilização de equipamentos para as atividades de manutenção (programada e corretiva), a monitoração dos sistemas de eletrificação e telecomunicações, e o acompanhamento de atuações para contornar eventuais contingências no sistema. O profissional terá no mínimo 8 (oito) anos de experiência.

5.2. TRANSIÇÃO DA MANUTENÇÃO

- 5.2.1. A ARTESP, com o apoio da CPTM, dará acesso à CONCESSIONÁRIA aos ativos constantes do ANEXO I: estações, terminais, MATERIAL RODANTE, todas as instalações físicas, equipamentos, sistemas, pátios, subestações, VIA PERMANENTE, sinalização, sobressalentes, equipamentos de manutenção, ferramentas especiais, softwares específicos, documentação de projeto e manutenção etc., para avaliação e reconhecimento da CONCESSIONÁRIA e elaboração do INVENTÁRIO pelo AUDITOR INDEPENDENTE, o qual constitui condição para a emissão do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE.
- 5.2.2. A CONCESSIONÁRIA receberá os bens inventariados no estado em que se encontram, nos termos do ANEXO I, sendo seu estado aferido pelo AUDITOR INDEPENDENTE nos termos deste ANEXO.
- 5.2.3. A entrega de ativos e materiais sobressalentes se ajustará ao indicado no ANEXO I.
- 5.2.4. Em até 90 (noventa) dias a partir do início FASE PRÉ-OPERACIONAL, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar a lista de sobressalentes necessários integrantes dos PLANOS OPERACIONAIS e PLANOS DE MANUTENÇÃO e a declaração de sua suficiência.
 - 5.2.4.1. O AUDITOR INDEPENDENTE deverá avaliar a lista de sobressalentes e emitir APROVAÇÃO de sua conformidade com os PLANOS OPERACIONAIS e PLANOS DE MANUTENÇÃO para o primeiro ano da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL.
 - 5.2.4.2. A CONCESSIONÁRIA deverá obter e manter em estoque todos os sobressalentes necessários indicados para o cumprimento da obrigação do item 5.2.4 supra antes do início da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL de forma a garantir a continuidade da prestação dos SERVIÇOS.

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

5.2.4.3. Como condição para o encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá atestar que todos os sobressalentes necessários estão disponíveis.

5.3. AVCBs

5.3.1. Até o final da FASE PRÉ-OPERACIONAL, a CONCESSIONÁRIA deverá dar início aos trâmites necessários para a (i) apresentação do(s) Atestado(s) de Brigada de Incêndio, nos termos da Instrução Técnica nº 01/2019 (Procedimentos Administrativos – Anexo “J”) e da Instrução Técnica nº 17/2014 (Brigada de Incêndio), ambas do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo; e (ii) substituição da(s) Brigada(s) de Incêndio instituída(s) pela CPTM.

5.3.1.1. Ao longo da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá regularizar os AVCBs de todas as edificações que necessitam de AVCB, incluindo, mas não se limitando a estações, subestações, cabines seccionadoras, prédios administrativos, pátios e oficinas.

5.3.2. Quanto à regularização dos AVCBs mencionada no item 5.3.1.1, a CONCESSIONÁRIA deve observar que:

5.3.2.1. Para as edificações que possuem AVCB ativo e que não passarão por reconstruções ou reformas estruturais deverá ser seguido rito de renovação do AVCB conforme prazos estabelecidos pelo Corpo de Bombeiros.

5.3.2.2. Para as edificações que possuem AVCB ativo e que passarão por reconstruções ou reformas estruturais, deverá ser desenvolvido novo projeto para aprovação do Corpo de Bombeiros. Esta aprovação deve ocorrer antes do início das obras de cada edificação, em conformidade com o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO dos EMPREENDIMENTOS. Após a conclusão das obras, a CONCESSIONÁRIA deverá acionar o Corpo de Bombeiros para vistoria e emissão do AVCB.

5.3.2.3. Para as edificações que não possuem AVCB ativo e que não passarão por reconstruções ou reformas estruturais, deverá ser realizado projeto para aprovação do Corpo de Bombeiros nos primeiros 6 (seis) meses da FASE PRÉ-OPERACIONAL e, após aprovação do projeto pelo Corpo de Bombeiros, deverão ser promovidas as obras para obtenção de AVCB, em conformidade com a relação constante do ANEXO II.A, nos termos indicados no item 5.5.2 deste ANEXO. Após a conclusão das obras, a CONCESSIONÁRIA deverá acionar o Corpo de Bombeiros para a vistoria e emissão do AVCB.

5.3.2.4. Para as edificações que não possuem AVCB ativo e que passarão por reconstruções ou reformas estruturais, deverá ser desenvolvido projeto para

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

aprovação do Corpo de Bombeiros. Esta aprovação deve ocorrer antes do início das obras de cada edificação, em conformidade com o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO de cada EMPREENDIMENTO. Após a conclusão das obras, a CONCESSIONÁRIA deverá acionar o Corpo de Bombeiros para vistoria e emissão do AVCB.

- 5.3.3. A CONCESSIONÁRIA é responsável, a qualquer título, pelo uso das edificações e áreas de risco, devendo utilizá-las de acordo com o uso para o qual foram projetadas; e tomar as providências cabíveis para a adequação das edificações e das áreas de risco às exigências do Decreto Estadual nº 56.819/2011, quando necessário.

5.4. PROCESSOS DE RECRUTAMENTO

- 5.4.1. Os processos de recrutamento da CONCESSIONÁRIA deverão ser divulgados para CPTM e ARTESP.
- 5.4.2. Os pré-requisitos de cada seleção devem ser adequados para atendimento dos melhores níveis de serviço, operação e manutenção exigindo integridade e devida experiência para desempenho das funções.

5.5. INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS DE CURTO PRAZO

- 5.5.1. Trata-se de investimentos realizados ainda na FASE PRÉ-OPERACIONAL, visando trazer melhorias imediatas na operação e manutenção e para os PASSAGEIROS.
- 5.5.2. A relação INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS DE CURTO PRAZO é apresentada no ANEXO II.A.

5.6. SÍNTESE DAS ETAPAS DE TREINAMENTO

- 5.6.1. Para facilitar a compreensão do processo de treinamento, o quadro-síntese a seguir apresenta o fluxo de atividades de capacitação e supervisão essenciais do treinamento para garantir uma transferência gradual e qualificada de conhecimento e experiência da CPTM para a CONCESSIONÁRIA, assegurando que esta última esteja plenamente capacitada para assumir a operação e a manutenção do sistema na ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA.

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

TRANSIÇÃO OPERACIONAL NA FASE PRÉ-OPERACIONAL			
ETAPA	SÍNTESE DAS ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	DURAÇÃO
I. REINAMENTO TÉCNICO: Consiste na Transferência de Conhecimento aos MULTIPLICADORES da CONCESSIONÁRIA	A CPTM opera e mantém o sistema	CPTM	120 (cento e vinte) dias
	A CPTM transfere conhecimento técnico/teórico para MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA, incluindo operação e manutenção de equipamentos e sistemas, e entrega de manuais de fabricantes	CPTM	
	A CONCESSIONÁRIA define o modelo estratégico de operação e de manutenção	CONCESSIONÁRIA	
	A CONCESSIONÁRIA mobiliza gradativamente	CONCESSIONÁRIA	
II. REINAMENTO EM CAMPO: Consiste no Treinamento Teórico e prático aplicado pela CONCESSIONÁRIA	A CPTM permanece operando e mantendo o sistema	CPTM	180 (cento e oitenta) dias
	MULTIPLICADORES da CONCESSIONÁRIA qualificam os seus empregados com treinamento teórico e prático	CONCESSIONÁRIA	
	A CONCESSIONÁRIA acompanha as atividades de manutenção e operação <i>pari-passu</i> , treinando seus empregados com supervisão da CPTM	CONCESSIONÁRIA	
	A CONCESSIONÁRIA mobiliza gradativamente	CONCESSIONÁRIA	
III. TRANSFERÊNCIA/MONITORAMENTO: Consiste na Prática Operacional Supervisionada	A CONCESSIONÁRIA opera e mantém o sistema	CONCESSIONÁRIA	60 (sessenta) dias
	Os técnicos da CPTM supervisionam a operação e manutenção do sistema, monitorando as atividades da CONCESSIONÁRIA até o final da FASE PRÉ-OPERACIONAL, período para se concretizar a transferência integral das atividades de operação e manutenção para permitir o início da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA	CPTM	
	A CPTM desmobiliza gradativamente	CPTM	

TRANSIÇÃO OPERACIONAL NA FASE PRÉ-OPERACIONAL			
ETAPA	SÍNTESE DAS ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	DURAÇÃO
I. TREINAMENTOS TÉCNICOS: Consiste na Transferência de Conhecimento aos MULTIPLICADORES da CONCESSIONÁRIA	A CPTM opera e mantém o sistema	CPTM	120 (cento e vinte) dias
	A CPTM transfere conhecimento técnico/teórico para MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA, incluindo operação e manutenção de equipamentos e sistemas, e entrega de manuais de fabricantes	CPTM	
	A CONCESSIONÁRIA define o modelo estratégico de operação e de manutenção	CONCESSIONÁRIA	
	A CONCESSIONÁRIA mobiliza gradativamente	CONCESSIONÁRIA	
II. TREINAMENTO EM CAMPO: Consiste no Treinamento Teórico e prático aplicado pela CONCESSIONÁRIA	A CPTM permanece operando e mantendo o sistema	CPTM	180 (cento e oitenta) dias
	MULTIPLICADORES da CONCESSIONÁRIA qualificam os seus empregados com treinamento teórico e prático	CONCESSIONÁRIA	
	A CONCESSIONÁRIA acompanha as atividades de manutenção e operação	CONCESSIONÁRIA	

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

<p align="center">III. TRANSFERÊNCIA/MONITORAMENTO: Consiste na Prática Operacional Supervisionada</p>	<i>pari-passu</i> , treinando seus empregados com supervisão da CPTM		<p align="center">60 (sessenta) dias</p>
	A CONCESSIONÁRIA mobiliza gradativamente	CONCESSIONÁRIA	
	CPTM transfere gradativamente a operação e manutenção das LINHAS à CONCESSIONÁRIA, mantendo-se responsável por todas as atividades	CPTM	
	Os técnicos da CPTM supervisionam a manutenção do sistema, monitorando as atividades da CONCESSIONÁRIA até o final da FASE PRÉ-OPERACIONAL, período para se concretizar a transferência integral das atividades de operação e manutenção para permitir o início da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA	CPTM	
	A CPTM demobiliza gradativamente	CPTM	
	A CONCESSIONÁRIA inicia atividades de operação e manutenção, gradativamente, sob supervisão da CPTM, concluindo sua mobilização para assunção da operação e manutenção do sistema na ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA	CONCESSIONÁRIA	

6. TREINAMENTOS NA FASE PRÉ-OPERACIONAL

6.1. TREINAMENTO TÉCNICO OPERACIONAL

6.1.1. Esta etapa terá duração de 120 (cento e vinte) dias a contar do início da FASE PRÉ-OPERACIONAL, e ocorrerá concomitantemente com a etapa de Treinamento Técnico de Manutenção, constante do item 6.2. Esse prazo poderá ser prorrogado por acordo entre a CONCESSIONÁRIA, a ARTESP e a CPTM, de forma a atender aos interesses mútuos e ao interesse público, podendo, em casos específicos, conduzir à postergação do início da fase do treinamento em campo, disciplinado nos termos do item 6.3, permitindo a permuta dos seus períodos, observada a duração de 12 meses da FASE PRÉ-OPERACIONAL.

6.1.1.1. A postergação tem como objetivo intensificar o treinamento caso o AUDITOR INDEPENDENTE verifique que o aproveitamento não foi satisfatório, avaliando ainda se a deficiência decorre da formação precedente dos MULTIPLICADORES da CONCESSIONÁRIA e/ou dos empregados alocados da CONCESSIONÁRIA. Nesse caso, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá propor à CPTM um novo programa de capacitação.

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

- 6.1.2. A CPTM entregará à CONCESSIONÁRIA, durante esta etapa, os manuais de operação disponíveis, recebidos dos fabricantes. A transferência deste material poderá ser feita em documentos impressos, em mídia eletrônica ou ambos, conforme disponibilidade. Na ausência de tal literatura técnica, serão fornecidas à CONCESSIONÁRIA as informações disponíveis.
- 6.1.3. A CPTM transferirá o conhecimento operacional à CONCESSIONÁRIA por meio de reuniões técnicas com MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA qualificados, que terão a responsabilidade de capacitar os demais empregados da CONCESSIONÁRIA. Os MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA deverão possuir formação em engenharia ou tecnólogo na modalidade adequada a cada sistema, equipamento e instalação. As modalidades utilizadas na operação são: telecomunicações, eletrônica (sistemas de controle, sinalização, controle de trens, bloqueios etc.), elétrica (sistema de alimentação elétrica), eletromecânicos (escadas rolantes, elevadores etc.), mecânica (trens etc.) e mecatrônica (automação). O treinamento será ministrado na língua portuguesa.
- 6.1.3.1. A comprovação de formação exigida para os MULTIPLICADORES poderá ser substituída por experiência específica mínima de 3 (três) anos em atividades das modalidades indicadas (telecomunicações, eletrônica, elétrica, eletromecânica, mecânica ou mecatrônica), conforme descrito no item anterior. Adicionalmente, é necessário possuir certificações nas normas regulamentadoras específicas, quando exigível. Para os MULTIPLICADORES que repassarão conhecimento aos empregados da CONCESSIONÁRIA que atuarão como maquinistas, exige-se experiência mínima de 5 (cinco) anos nas atividades descritas no item 5.1.4.5.9, em substituição a formação exigida.
- 6.1.4. O conhecimento a ser transferido deverá subsidiar os técnicos da CONCESSIONÁRIA quanto à operação dos equipamentos em si. A interação operacional ou a aplicação de estratégias operacionais deverão ser definidas pela CONCESSIONÁRIA.
- 6.1.5. Os treinandos que receberão a transferência de conhecimento dos MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA deverão possuir conjunto de conhecimentos e habilidades específicas ao respectivo campo de atuação prática, sendo tais conhecimentos comprovados através de currículos com as devidas declarações e/ou certificações, a serem exibidos ao AUDITOR INDEPENDENTE e à ARTESP, quando assim for exigido.
- 6.1.6. Todos os profissionais da operação que serão treinados pelos MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA e que exercerão atividades em sistemas elétricos ou a eles estiverem expostos, mesmo que temporariamente, deverão, obrigatoriamente, precedentemente ao treinamento a ser ministrado pelos MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA, possuir capacitação nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial a NR-10 e a NR-35, comprovando ao AUDITOR

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

INDEPENDENTE e à ARTESP, quando assim for exigido, tais habilitações através de certificados devidamente reconhecidos.

- 6.1.7. O cronograma de execução desta etapa deverá ser acordado entre as equipes das gerências de operação e de manutenção da CPTM e da CONCESSIONÁRIA, respeitando os prazos de cada sistema e, quando houver, o sequenciamento obrigatório da execução. Nesse período, serão ministrados subsídios teóricos e subsídios práticos, nos ativos do trecho operacional. Também nesse período os MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA poderão acompanhar as atividades de operação desenvolvidas pelas equipes da CPTM nos ativos do trecho operacional.
- 6.1.8. A CONCESSIONÁRIA deverá avaliar o treinamento de seus MULTIPLICADORES e de seus empregados, verificando o nível de satisfação geral e o conhecimento adquirido. Caso a avaliação indique necessidade de melhorias, a CONCESSIONÁRIA requisitará à CPTM, com anuência da ARTESP, reforço no treinamento da etapa avaliada. Em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, a CPTM adotará as medidas necessárias para intensificar o treinamento, observando o disposto no item 6.1.1, até que os objetivos de capacitação sejam atendidos de maneira satisfatória. A CONCESSIONÁRIA para tal avaliação contará com a análise do AUDITOR INDEPENDENTE quanto ao aproveitamento satisfatório do treinamento.
- 6.1.9. Os sistemas envolvidos estão listados na tabela a seguir.

CARGA MÍNIMA DE TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS PARA TODAS AS LINHAS DA CONCESSÃO

ITENS	SISTEMA	DIAS ÚTEIS
1	Sistemas Auxiliares	10
2	Sistemas de Alimentação Elétrica	12
3	Via Permanente	15
4	Sistema de Sinalização	45
5	Sistema de Controle Centralizado (controlador CCO)	60 +30 ⁽¹⁾
6	Material Rodante (maquinistas)	80 +30 ⁽¹⁾
7	Sistema de Arrecadação	6
8	Atendimento	3
9	Segurança Pública	40
10	Estratégias	50

- 6.1.10. O treinamento técnico dos controladores de CCO (para todos os consoles) e dos maquinistas poderá ser estendido por mais 30 (trinta) dias⁽¹⁾, mantendo-se as etapas posteriores (treinamento em campo e transferência e monitoramento) sem que isso implique a extensão dos prazos fixados para essas duas últimas etapas, mas observada

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

a possibilidade de permutar os períodos das etapas de treinamento, nos termos do item 6.1.1.

6.1.11. Especificação da formação de MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA para o treinamento de condução dos trens (maquinistas):

MÓDULOS	CARGA HORÁRIA
INTEGRAÇÃO (VISITA AO CCO E CCMs)	8
SISTEMA NORMATIVO	80
DIAGRAMA	8
TREM SÉRIES 2500, 7000, 8000, 8500 E 9000	
- Tecnologia (Teoria)	80
- Tecnologia (<i>in loco</i>)	60
AMVs E MANOBRAS	64
SIMULADOR (CONDUÇÃO E TRECHO)	80
CONHECIMENTO DO TRECHO <i>IN LOCO</i>	72
REBOQUE	24
TOTAL HORAS	476
PRÁTICA DE CONDUÇÃO SUPERVISIONADA POR LINHA	144 ⁽²⁾ POR LINHA
CENÁRIOS PARA PRÁTICA SUPERVISIONADA	
⁽²⁾ Prática de Condução Supervisionada = 18 dias, sendo: - 8 dias turno da manhã (3 viagens/dia); - 7 dias turno da tarde (3 viagens/dia); - 3 dias turno da noite (8 horas/dia, contemplando 1 viagem e recolhimento dos trens nos pátios e abrigos).	

6.1.12. Ao término da fase de transferência de conhecimento operacional deverá ser iniciado o treinamento aplicado em campo pela CONCESSIONÁRIA (treinamento em campo).

6.2. TREINAMENTO TÉCNICO DE MANUTENÇÃO

6.2.1. Esta etapa terá duração de 4 (quatro) meses a contar do início da FASE PRÉ-OPERACIONAL e será concomitante com a etapa de Treinamento Técnico Operacional, constante do item 6.1.

6.2.2. A CPTM entregará à CONCESSIONÁRIA, durante esta etapa, os manuais de manutenção disponíveis, recebidos dos fabricantes. A transferência deste material poderá ser feita em documentos impressos, em mídia eletrônica ou ambos, conforme disponibilidade. Na ausência de tal literatura técnica, serão fornecidas à CONCESSIONÁRIA as informações disponíveis.

6.2.3. A CPTM transferirá o conhecimento básico de manutenção à CONCESSIONÁRIA através de reuniões técnicas e treinamento de MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA, que terão a responsabilidade de capacitar os demais empregados da CONCESSIONÁRIA. Estes MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA deverão possuir formação em engenharia ou tecnólogo na modalidade adequada a cada sistema, equipamento e instalação. O treinamento será ministrado em língua portuguesa.

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

Aplica-se para a substituição da formação exigida a mesma regra prevista no item 6.1.3.1.

- 6.2.4. Os treinandos que receberão a transferência de conhecimento dos MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA deverão possuir conjunto de conhecimentos e habilidades específicas ao respectivo campo de atuação prática, sendo tais conhecimentos comprovados através de currículos com as devidas declarações e/ou certificações, a serem exibidos ao AUDITOR INDEPENDENTE e à ARTESP, quando assim for exigido.
- 6.2.5. O conhecimento, baseado nos manuais de manutenção dos fornecedores de propriedade da CPTM, será transferido de forma a orientar/treinar os MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA quanto à manutenção dos equipamentos em si. Tendo em vista a etapa de transferência/monitoramento, de que trata a cláusula 6.4, a CPTM deverá disponibilizar aos MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA seus planos de manutenção e considerá-los como parte integrante de seu treinamento. Não obstante, a organização ou a aplicação de estratégias de manutenção a partir do início da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA deverão ser definidas pela CONCESSIONÁRIA.
- 6.2.6. Todos os profissionais da manutenção que serão treinados pelos MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA e que exercerão atividades em sistemas elétricos ou a eles estiverem expostos, mesmo que temporariamente, deverão, obrigatoriamente, precedentemente ao treinamento a ser ministrado pelos MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA, possuir capacitação nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial a NR-10 e a NR-35, comprovando ao AUDITOR INDEPENDENTE e à ARTESP quando assim for exigido, tais habilitações através de certificados devidamente reconhecidos.
- 6.2.7. Respeitando o prazo definido, a CONCESSIONÁRIA poderá propor cronograma de execução dos treinamentos. Nesse período, serão realizados os treinamentos teóricos e treinamentos práticos nos ativos do trecho operacional. Também nesse período, os MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA acompanharão as atividades de manutenção desenvolvidas pelas equipes da CPTM nos ativos do trecho operacional.
- 6.2.8. Os sistemas envolvidos estão listados na tabela a seguir:

RELAÇÃO DE REPASSES PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DAS LINHAS

SISTEMAS	CARGA HORÁRIA (HORAS)
SCAP (Bloqueios) e SCL	40
Telecomunicações	80
Sinalização	80
Média Tensão	40
Baixa Tensão	24

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

SISTEMAS	CARGA HORÁRIA (HORAS)
Subestações e Cabines	40
Rede Aérea	40
Auxiliares	40
Escadas Rolantes	24
Material Rodante Série 2500	64
Material Rodante Série 7000	64
Material Rodante Série 8000	64
Material Rodante Série 8500	64
Material Rodante Série 9000	64
Manutenção Civil	24
Via Permanente	80
TOTAL	832

6.3. TREINAMENTO EM CAMPO – MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO

- 6.3.1. Esta atividade ocorrerá durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do encerramento do TREINAMENTO TÉCNICO, envolvendo todas as atividades necessárias à qualificação dos empregados da CONCESSIONÁRIA por seus MULTIPLICADORES, com supervisão da CPTM, quando requerida.
- 6.3.2. A CONCESSIONÁRIA deverá ter admitido, em complemento ao quadro de pessoal mencionado neste ANEXO, o efetivo que julgar necessário, antes do início desta fase de treinamento, de forma a ter todo o quadro de pessoal recém-admitido apto para o início da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA.
- 6.3.3. Os MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA qualificam os seus empregados, capacitando-os para as atividades de operação e manutenção nos equipamentos e sistemas.
- 6.3.4. No período de treinamento em campo, a CONCESSIONÁRIA acompanha a manutenção da CPTM, pari passu, treinando seu pessoal e tomando conhecimento sobre como se executa a “carteira de serviços” (tarefas de manutenção e programação).
- 6.3.5. Neste período, a CONCESSIONÁRIA toma conhecimento da operação e da “carteira de serviços” atual da CPTM e insere as informações pertinentes no seu Sistema Informatizado de Gestão de Manutenção (CMMS), nos termos constantes dos ANEXOS II.C, III.A e III.D, no último mês deste período, independentemente de o sistema ter sido homologado, nos termos dos anexos citados.

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

- 6.3.6. Neste período, caberá à CONCESSIONÁRIA realizar o reconhecimento de todas as estações, subestações e demais instalações, avaliando as condições existentes para a manutenção de sistemas e equipamentos.
- 6.3.7. O simulador de operação de trens que atualmente está instalado na estação Suzano será utilizado para o treinamento prático dos empregados/colaboradores da CONCESSIONÁRIA, para o qual deverá programar acesso para treinamento junto com a CPTM. Este simulador fará parte do inventário da CONCESSIONÁRIA e será de uso exclusivo desta. Do mesmo modo, a CONCESSIONÁRIA também poderá se valer do simulador de operação de trens atualmente instalado no CCO-Brás para a mesma finalidade, observando que este último não será parte integrante do INVENTÁRIO.

6.4. TRANSFERÊNCIA/MONITORAMENTO – MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO

- 6.4.1. Este período de 60 (sessenta) dias precede o início da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, onde a CONCESSIONÁRIA assume, gradativamente, a operação e manutenção, sob a supervisão e responsabilidade da CPTM.
- 6.4.2. Este período envolverá a supervisão por parte da CPTM das atividades de manutenção dos sistemas (preventiva, corretiva e de restabelecimento, de campo e oficinas) que passam, gradativamente, a ser executadas pela CONCESSIONÁRIA, recebendo e realizando a execução de todos os serviços necessários para a execução das atividades de manutenção dos sistemas, bem como da “carteira de serviços”, observado os itens 6.3.4 e 6.3.5 com aplicação dos materiais necessários disponibilizados pela CPTM.
- 6.4.3. Nos primeiros 30 (trinta) dias da supervisão, a manutenção será assistida pela CPTM, que manterá técnicos para acompanhamento das equipes de manutenção da CONCESSIONÁRIA, *pari passu*, para auxiliar e orientar, quando necessário, na execução das atividades de manutenção. Nos 30 (trinta) dias restantes, a supervisão estará disponível nos Complexos Luz, e Eng. São Paulo e na Base de Manutenção de Calmon Viana, durante o período integral nos horários de pico e manutenção noturna, para atendimento das demandas.
- 6.4.4. No decorrer deste período de transição, com duração de 60 (sessenta) dias, deverão ser efetivadas todas as transferências previstas de recursos de manutenção. Neste período deverão ser entregues as chaves operacionais de equipamentos, salas técnicas, cofres etc. ao representante da CONCESSIONÁRIA nas estações.
- 6.4.5. Para a transferência da operação dos trens durante os 60 (sessenta) dias da transferência/monitoramento, os empregados da CONCESSIONÁRIA deverão operar os trens acompanhados de um supervisor de tração ou maquinista da CPTM.
- 6.4.6. Na primeira semana do período de transferência/monitoramento para o grupo de pessoas da segurança pública operacional, os empregados da CONCESSIONÁRIA

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

deverão assumir as rotinas da segurança acompanhados pelo pessoal da segurança da gerência de operações da CPTM. Ao final deste período, os seguranças da CPTM serão retirados e permanecerá apenas um supervisor de segurança, por escala, que orientará e subsidiará o supervisor de segurança da CONCESSIONÁRIA até que se completem os 60 (sessenta) dias desse período.

6.4.7. Durante todo o período de transferência/monitoramento a gerência de operações da CPTM manterá assistência de engenharia da operação para auxiliar e orientar e supervisionar os empregados da CONCESSIONÁRIA. Esta orientação técnica operacional a ser fornecida pelo profissional da operação da CPTM estará fundamentada em procedimento operacional da CPTM. Sendo necessária a complementação do quadro de empregados da CONCESSIONÁRIA para manutenção do procedimento operacional da CPTM durante todo o período de transferência/monitoramento, esta deverá realizá-lo com funcionários próprios, sem direito a reembolso, e observado o disposto na cláusula 6.3.2. A adoção de modelo operacional da CONCESSIONÁRIA, conforme descrito no ANEXO III.A, somente será admitida na ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, quando encerrar-se-á a FASE PRÉ-OPERACIONAL, sendo de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o modelo operacional que vier a ser adotado.

6.4.8. O monitoramento de possíveis incidentes durante o período de transferência/monitoramento será conduzido pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA. A eventual ausência de supervisão deve ser tratada pela CONCESSIONÁRIA imediatamente com a CPTM para suprir a falta e formalmente comunicada ao referido comitê, o qual encaminhará as medidas necessárias para a regularização imediata do ocorrido. A formalização do fato ocorrerá por meio de correspondência eletrônica à CPTM, devidamente validada pela CONCESSIONÁRIA. A CPTM, comprometida também como interveniente/anuente conforme os termos do CONTRATO, assegura disponibilidade de acompanhamento e supervisão necessários.

6.5. TREINAMENTO APLICADO PELA CONCESSIONÁRIA NA ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA

6.5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá ter admitido, para substituição aos empregados indicados na Tabela do item 5.1.4.1 deste ANEXO, todo o efetivo que julgar necessário, antes do início desta fase de seu treinamento, de forma a ter todo o quadro de pessoal admitido apto para o início da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL PLENA.

6.5.2. Os MULTIPLICADORES da CONCESSIONÁRIA qualificam os seus empregados, capacitando-os para a atividade de operação e manutenção nos sistemas.

6.5.3. Esta atividade ocorrerá durante o prazo de 90 (noventa) dias contados a partir do início da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA. Nesta etapa a CONCESSIONÁRIA treinará seu

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

pessoal operativo envolvendo todas as atividades necessárias à operação e manutenção.

- 6.5.4. O simulador de operação de trens que atualmente está instalado na estação Suzano será utilizado para o treinamento prático dos empregados/colaboradores da CONCESSIONÁRIA. Este simulador fará parte do inventário da CONCESSIONÁRIA e será de uso exclusivo desta.
- 6.5.5. O simulador de operação de trens atualmente instalado no CCO-Brás também poderá ser utilizado para o treinamento prático dos empregados/colaboradores da CONCESSIONÁRIA, a qual, para tanto, deverá programar acesso para treinamento junto à CPTM. Este simulador não será parte integrante do INVENTÁRIO.
- 6.5.6. Neste período, a CONCESSIONÁRIA também acompanha as funções de operação e de manutenção exercidas pelos empregados disponibilizados da CPTM, constantes da tabela do item 5.1.4.1, e efetiva a inserção das informações pertinentes no SIGO e no CMMS, que já foram devidamente desenvolvidos pela CONCESSIONÁRIA no primeiro ano do PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos do ANEXO II.C, independentemente de os sistemas terem sido homologados, nos termos do ANEXO III.A.

6.6. PRÁTICA OPERACIONAL SUPERVISIONADA NA ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA

- 6.6.1. A prática operacional supervisionada será iniciada após a conclusão do treinamento em campo aplicado pela CONCESSIONÁRIA, e terá duração de pelo menos 90 (noventa) dias.
- 6.6.2. A CONCESSIONÁRIA deverá iniciar ocupação parcial dos postos operacionais para assimilação e ambientação inicial da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL PLENA, em todas as estações, no CCO, nos postos do tráfego, bases de manutenção e da segurança pública operacional, a partir do primeiro dia da prática operacional supervisionada, considerando a substituição dos empregados constantes da tabela do item 5.1.4.1.
- 6.6.3. A ocupação dos postos se dará conforme as condições indicadas nos itens seguintes, de forma que ao final da segunda semana deste período de 90 (noventa) dias os postos operacionais que não mais estejam ocupados por empregados da CPTM, conforme tabela do item 5.1.4.1, sejam operados por empregados da CONCESSIONÁRIA.
- 6.6.4. Para a assunção da operação dos trens durante os 90 (noventa) primeiros dias desta fase, pelos novos empregados da CONCESSIONÁRIA, estes deverão operar os trens acompanhados de um MULTIPLICADOR DA CONCESSIONÁRIA, treinado para esta função, ou maquinista da CPTM, fazendo uso ainda dos Supervisores Gerais de Tração, constantes da tabela do item 5.1.4.1. Ao final deste período, permanecerá apenas um supervisor de tração da CPTM, por escala, que orientará e subsidiará os empregados

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

da CONCESSIONÁRIA até que se completem os 90 (noventa) dias de prática operacional supervisionada.

- 6.6.5. A prática operacional assistida poderá ser estendida por mais 6 (seis) meses, nos termos da prerrogativa constante da Cláusula 38.3 até que se atinja o prazo de 12 meses constante do item 4.1.

7. CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

7.1. São considerados CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS da CPTM os a seguir relacionados:

NÚMERO	EMPRESA	OBJETO	TÉRMINO
PE16823-01	EMPRESA TEJOFRAN DE SANEAMENTO E SERVICOS EIRELI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO DOS TRENS, LOCOMOTIVAS E VEÍCULOS DE SERVIÇOS - LINHAS 7-RUBI E 10-TURQUESA, LINHA11-CORAL, 12-SAFIRA E 13-JADE DA CPTM	07/07/2026
PE20323-01	ASSOCIAÇÃO AMIGOS METROVIÁRIOS DOS EXCEPCIONAIS - AME	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO DE ATENDIMENTO À PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E SURDOS POR LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NAS ESTAÇÕES DA CPTM	01/04/2025
013220306102	EMPRESA TEJOFRAN DE SANEAMENTO E SERVICOS EIRELI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, E LIMPEZA ENTRE VIAGENS (LEV) DE TRENS-UNIDADE, INCLUSO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, LINHAS "11-CORAL, 12-SAFIRA E 13-JADE", LOTE 3	22/10/2025
013921306100	INDUMED COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESFIBRILADORES EXTERNOS AUTOMÁTICOS (DEA) NAS ESTAÇÕES E EM OUTRAS DEPENDÊNCIAS, INCLUINDO A MANUTENÇÃO	10/03/2026
PE04523-01	3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CENTRAIS TELEFÔNICAS DA CPTM	04/06/2026
037722306100	ALP SANTOS SERVIÇOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO DAS BASES TÉCNICAS DAS LINHAS 7-RUBI, 10-TURQUESA, 11-CORAL, 12-SAFIRA E 13-JADE DA CPTM	31/07/2025
IX00823-01	AUSTROS REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDITIVA EM REDE AÉREA POR MEIO DE PANTÓGRAFO INSTRUMENTADO (5 TRENS)	31/08/2026
PE00324-01	CTM LIFE SAFETY LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO DA ESTAÇÃO LUZ	24/01/2027
00223306100	ELEVADORES DIRSAN LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO INTEGRAL DE PEÇAS EM 91 ELEVADORES	20/10/2025
028922306100	GHS INDUSTRIA E SERVICOS LTDA	SERVIÇOS DE ANÁLISES DE QUALIDADE DE AR COM FORNECIMENTO DE RELATÓRIOS E CERTIFICADOS DAS ANÁLISES	13/04/2025

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

NÚMERO	EMPRESA	OBJETO	TÉRMINO
PE03224-01	J A SANTOS ENGENHARIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE ARCONDICIONADO LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO EM CONDICIONADORES DE AR E REDE DE DUTOS DE VENTILAÇÃO DO CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL - CCO DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM.	31/03/2027
PE04824-01	LIQUITEC TRANSFORMADORES LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE COLETA E ENSAIOS EM ÓLEO MINERAL ISOLANTE DOS TRANSFORMADORES DE POTÊNCIA DA CPTM	14/04/2027
003921306100	MIHL MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA. - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO INTEGRAL DE PEÇAS EM 63 ESCADAS ROLANTES	16/09/2026
074121306100	MIHL MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA. - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO INTEGRAL DE PEÇAS EM 88 ESCADAS ROLANTES	31/01/2027
PE18323-01	MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO INTEGRAL DE PEÇAS, EM 65 ELEVADORES DA CPTM	04/06/2026
PE05323-01	S.T.E.E. TECNOLOGIA ELETROELETRONICA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE ENSAIOS ELÉTRICOS EM VARAS DE MANOBRAS ISOLANTES E DETECTORES DE TENSÃO	28/02/2026
008620306100	TERWAN SOLUÇÕES EM ELETRICIDADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE OPERAÇÃO ELÉTRICA DAS SUBESTAÇÕES RETIFICADORAS E CABINES SECCIONADAS DE TRAÇÃO DAS LINHAS DA CPTM.	02/06/2025
082521306200	ENIO LOBO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	SERVIÇOS DE DESPACHANTE ESPECIALIZADO NO DESEMPAÇO DAS LICENÇAS PARA UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS PELOS ÓRGÃOS OFICIAIS, ADQUIRIDOS, ARMAZENADOS E UTILIZADOS EM ÁREAS DA CPTM.	07/06/2026
PE09023-01	MULTILIXO - PE09023-01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS	10/06/2026
001822300100	CAF BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM 35 TRENS DE 8 CARROS DA SÉRIE 8500, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS, AFERIDOS POR PADRÕES PRÉ-DEFINIDOS DE QUALIDADE, CONFIABILIDADE E DISPONIBILIDADE	31/05/2028
LC00424-01	CAF BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM TRENS DA SÉRIE 9000, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS, AFERIDOS POR PADRÕES PRÉ-DEFINIDOS DE QUALIDADE, CONFIABILIDADE E DISPONIBILIDADE	30/04/2027
083321306100	LENCO CENTRO DE CONTROLE TECNOLÓGICO LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ANÁLISE DE ÓLEO DE REDUTORES DA FROTA DE TRENS DA CPTM, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS PARA COLETA, TRANSPORTE DAS AMOSTRAS E CONCLUSÃO DA ANÁLISE COM RECOMENDAÇÕES	15/05/2026

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

NÚMERO	EMPRESA	OBJETO	TÉRMINO
083421306100	LENCO CENTRO DE CONTROLE TECNOLÓGICO LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ANÁLISE DE ÓLEO LUBRIFICANTE DOS MOTORES DIESEL DAS LOCOMOTIVAS CPTM, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS PARA COLETA, TRANSPORTE DAS AMOSTRAS E CONCLUSÃO DA ANÁLISE COM RECOMENDAÇÕES	15/05/2026
822519306103	COMANDO G8 - SEGURANÇA PATRIMONIAL E TRANSPORTE DE VALORES LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL NAS INSTALAÇÕES E TRENS DA LINHA "11-CORAL", LOTE 3.	31/05/2025
DV01224-01	MRV LOCAÇÕES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 08 (OITO) SANITÁRIOS QUÍMICOS, COM MANUTENÇÃO REGULAR DOS EQUIPAMENTOS, PARA UTILIZAÇÃO EM POSTOS DE VIGILÂNCIA DA CPTM.	14/03/2025
822519306102	PRESSEG SERVICOS DE SEGURANCA EIRELI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL NAS INSTALAÇÕES E TRENS DAS LINHAS: "12-SAFIRA E 13-JADE", LOTE 4	31/01/2025
006420306100	WORKS CONSTRUCAO & SERVICOS EIRELI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE, OPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PORTARIAS, EDIFÍCIOS E DEMAIS INSTALAÇÕES.	19/09/2025
826018306100	ALTERNATIVA - DESENTUPIDORA LTDA. - EPP	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO, DESOBSTRUÇÃO, LIMPEZA DE TUBULAÇÕES E DE SISTEMAS DE ARMAZENAMENTO DE RESÍDUOS (FOSSAS SÉPTICAS E SISTEMAS ELEVATÓRIOS DE ESGOTOS), JUNTO ÀS EDIFICAÇÕES AO LONGO DAS LINHAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA, EQTOS E INSUMOS	23/02/2025
083221306100	AMB TEC IMUNIZACAO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA DA CPTM, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E INSUMOS	20/01/2025
LC01423-01	CONSORCIO TRAIL - GROS (MANUTENCAO LINHAS 11 - 12 -13)	PREST. DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA VIA PERMANENTE	31/10/2026
PE18823-01	GF - ENGENHARIA LTDA	PREST. DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DO TELHADO DA EST. BRÁS - LINHA 12	04/05/2025
042021306100	NIKKEY CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMBATE E CONTROLE DE PRAGAS NOS COMPLEXOS OPERACIONAIS E DE MANUTENÇÃO DA CPTM, COM UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS E FORNECIMENTO DOS PRODUTOS, MATERIAIS E INSUMOS	31/03/2027

- 7.1.1. A responsabilidade pelos serviços prestados por meio dos CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS será assumida pela CONCESSIONÁRIA nos termos deste ANEXO, tendo a prerrogativa de, até o final da FASE PRÉ-OPEREACIONAL, sub-rogar-se na posição contratual da CPTM quando permitido pelo instrumento contratual ou quando anuído pela parte contratada.

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

- 7.1.1.1. Caso, por qualquer motivo, não seja realizada a sub-rogação da posição contratual da CPTM à CONCESSIONÁRIA, a CONCESSIONÁRIA ainda permanecerá responsável pela assunção dos serviços prestados por meio dos CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS a partir do final da FASE PRÉ-OPERACIONAL, podendo prestá-los diretamente ou celebrar contratos com terceiros para tanto, desde que respeitados os termos do CONTRATO e seus ANEXOS.
- 7.1.2. A CPTM deverá tomar todas as providências necessárias para viabilizar a sub-rogação de sua posição contratual nos CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS à CONCESSIONÁRIA, caso tal fato seja de interesse da CONCESSIONÁRIA.
- 7.1.2.1. Caso, por qualquer motivo, não seja realizada a sub-rogação da posição contratual da CPTM à CONCESSIONÁRIA, a CPTM se responsabilizará por todos os custos e providências necessárias à rescisão dos CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS.
- 7.2. CONTRATOS MANUTENÇÃO DE MATERIAL RODANTE
- 7.2.1. A CPTM mantém contratos com terceiros referentes à prestação de serviços contínuos e específicos associados à operação e à manutenção dos trens, sistemas e estações conforme descrito no ANEXO II.F.
- 7.2.2. Todos os contratos de manutenção preventiva e corretiva dos TRENS EXISTENTES poderão ser transferidos à CONCESSIONÁRIA, que poderá definir a estratégia de assunção desses contratos, observadas as disposições dos itens 7.1.1 a 7.1.2.1.
- 7.2.3. A CONCESSIONÁRIA não poderá sub-rogar o contrato da PPP de trens da Série 8000, Contrato de Concessão Administrativa nº 876408301100, celebrado entre a CTRENS Companhia de Manutenção e a CPTM. A CONCESSIONÁRIA poderá enviar proposta para o PODER CONCEDENTE ou ARTESP, caso possua o interesse em alterar a forma em que a manutenção dos trens da Série 8000 esteja sendo executada, respeitando as suas cláusulas.
- 7.2.3.1. A proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA deverá ser objeto de análise pelo PODER CONCEDENTE ou pela ARTESP, conforme o caso, em até 15 (quinze) dias, devendo, neste prazo, emitir não objeção ou objetar a proposta parcial ou integralmente, fornecendo justificativa em caso de objeção.
- 7.2.3.2. Nas diretrizes para disciplinar a convivência dos serviços de manutenção da CTRENS com a OPERAÇÃO COMERCIAL da CONCESSIONÁRIA, deverá ser considerado (i) o compartilhamento hoje existente com a CPTM na área física da Oficina/Abrigo Luz para execução de manutenção dos trens das Linhas 7

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

e 10; (ii) a área física de uso da CTRENS constante das figuras 1 a 3 do Anexo I do Termo de Aditamento 3 do Contrato CTRENS; (iii) o uso do torno rodeiro pela CTRENS na Oficina Roosevelt, constante da Lista 2 do Anexo I do Termo de Aditamento 3 do Contrato CTRENS, citado; e (iv) o uso do equipamento drop table, alocado nas vias 1 e 2 da Oficina Roosevelt pela CTRENS;

7.3. CONTRATOS DE UTILITIES

- 7.3.1. Até o final da FASE PRÉ-OPERACIONAL, a CONCESSIONÁRIA deverá transferir para sua responsabilidade as contas relacionadas ao consumo de água/esgoto, telefone e energia.
- 7.3.2. A CONCESSIONÁRIA deverá providenciar, às suas custas, as despesas para a individualização do fornecimento de água junto às respectivas concessionárias de água e esgoto para os imóveis utilizados como residências de empregados da CPTM, ou outros, bem como conferir as demais despesas de água, que atualmente são pagas, ainda que estejam fora da ÁREA DA CONCESSÃO, mas que tenham fornecimento a partir de hidrômetros que eventualmente também sirvam estações.

8. EQUIPAMENTOS

8.1. EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA DE GESTÃO

- 8.1.1. Os equipamentos e a infraestrutura de informática de gestão instalados nas LINHAS permanecerão em uso pela CPTM durante toda a TRANSIÇÃO OPERACIONAL, nos postos onde houver empregados da CPTM. Nos postos onde os empregados da CPTM forem retirados antes de serem completados os 540 (quinhentos e quarenta) dias, os microcomputadores destes postos serão removidos.
- 8.1.2. Ao término desse período todos os microcomputadores da CPTM serão removidos, exceto um microcomputador, com conexão com a rede corporativa da CPTM, em cada uma das estações, para atendimento às necessidades administrativas do serviço de bilhetagem do PODER CONCEDENTE.
- 8.1.3. Durante este período, a CONCESSIONÁRIA deverá providenciar a instalação de sua própria infraestrutura de informática.

8.2. EQUIPAMENTOS DE VÍDEO VIGILÂNCIA (CFTV)

- 8.2.1. A CPTM mantém sistemas de vigilância patrimonial e vídeo monitoramento, nos termos do contrato de prestação de serviços, cuja vigência a CPTM deverá manter até o término da FASE PRÉ-OPERACIONAL.

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

- 8.2.2. Após o término da vigência do contrato de prestação de serviços, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar ou contratar um sistema de vídeo monitoramento que atenda, no mínimo, às características descritas no ANEXO II.C, bem como uma central de monitoramento em suas dependências com conexões para transmissão de imagens à ARTESP, conforme ANEXO III.A.

9. ENERGIA

9.1. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA RELACIONADAS À ENERGIA

- 9.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar a comercialização de energia elétrica conforme regulamentação do Decreto Nº 5.163 de 30 de julho de 2004, que estabelece que a comercialização dar-se-á nos ambientes de contratação regulada ou livre, nos termos da legislação e de atos complementares. Tal condição somente poderá ser exercida pela CONCESSIONÁRIA para a energia de alta tensão (A2) a partir de 01/01/2030, quando os contratos dessa modalidade passarão a ser de sua titularidade.
- 9.1.2. A CONCESSIONÁRIA deverá manter as subestações elétricas de 138/88 kV em operação, já modeladas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a saber: Manoel Feio, Sebastião Gualberto, Braz Cubas, Calmon Viana, Ayrton Senna, Ermelino Matarazzo e Patriarca.
- 9.1.3. Se a CONCESSIONÁRIA optar por modelar as subestações existentes, que se encontram no mercado livre, para consumidor cativo, deverá iniciar o processo com a antecedência prevista no artigo 52 do Decreto nº 5163/2004, de 5 (cinco) anos, para a retirada da modelagem dessas subestações da CCEE, conjuntamente com a Enel Brasil S.A. e EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. Assim, a CONCESSIONÁRIA simultaneamente liberará a titularidade dos contratos com a fornecedora de energia e efetivará os contratos com as distribuidoras, de acordo com as suas premissas de operação. Neste caso, reitera-se que o término do contrato de fornecimento de energia da CPTM no ambiente livre tem previsão de ocorrer em 31/12/2029.
- 9.1.4. Considerando a entrada em operação dos trechos de expansão da LINHA 11 (Estudantes – Cesar de Souza), da LINHA 12 (Calmon Viana – Suzano) e da LINHA 13 (Engenheiro Goulart – Gabriela Mistral e Aeroporto-Guarulhos – Bonsucesso), bem como a diminuição do intervalo dos SERVIÇOS prestados na LINHA 11, na LINHA 12, na LINHA 13 e no SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO, a CONCESSIONÁRIA deverá estimar o consumo e a demanda das novas subestações, bem como o acréscimo da demanda nas subestações existentes, para adequar o reflexo de tais valores nos contratos de fornecimento e demanda de energia, bem como adequar seus acordos operativos. No caso de alguma dessas futuras subestações vierem a entrar em operação antes de 31/12/2029, sua energização deverá ocorrer por meio de contratos firmados pela

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

própria CONCESSIONÁRIA, sendo vedada a utilização da energia proveniente do contrato firmado pela CPTM.

- 9.1.5. Conforme definido no CONTRATO, a data de transferência de responsabilidades pelos custos da energia elétrica será a de início da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL. Sendo esta data anterior às transferências legais de titularidade dos contratos, contas e faturas com a distribuidora, os custos da energia elétrica decorrentes deverão ser ressarcidos à CPTM, custos esses que são cobrados por volta de 40 (quarenta) dias após o mês de consumo, incluindo qualquer custo que vier a ser cobrado da CPTM em função dessas demandas, realizado a partir da data referida, enquanto ainda não transferidas as titularidades das unidades consumidoras com fornecimento nas modalidades A2, A4 e B3 (alta, média e baixa tensões).
- 9.1.6. Para a transferência de titularidade dos contratos na modalidade de consumidor cativo, deverão ser respeitados os prazos de formalização antecipada de intenção de transferência de titularidade, de 90 (noventa) dias para a modalidade A4, de forma a evitar incidência de multas. Portanto, tais comunicações deverão ocorrer durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL. Contudo, caso haja custos decorrentes de indenizações referentes à amortização de investimentos realizados pela Enel Brasil S.A., pela EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A, ou outras regulamentadas decorrentes de alterações contratuais, inclusive em razão de alteração de demanda contratada, entre outras situações que se apliquem às unidades em referência, durante as transferências de titularidade, caberá à CONCESSIONÁRIA arcar com todos os custos.
- 9.1.7. Para a transferência de titularidade dos contratos referentes às subestações de modalidade A2 atualmente no mercado livre, conforme prazos e procedimentos regulatórios, esta deverá ocorrer até 30/06/2029, para os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), bem como para todas as tratativas e providências junto à CCEE. A CONCESSIONÁRIA será integralmente responsável pela transferência ou eventual ônus decorrente da não observância dos ritos regulatórios e contratuais.

9.2. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA DE TRAÇÃO

- 9.2.1. A CPTM possui contrato de fornecimento de energia de tração no ACL – Ambiente de Contratação Livre firmado com o Banco BTG Pactual, listado no item 9.10, englobando o fornecimento para as subestações Manoel Feio, Sebastião Gualberto, Braz Cubas, Calmon Viana, Ayrton Senna, Ermelino Matarazzo e Patriarca, com vigência até 31/12/2029. A partir do início da OPERAÇÃO COMERCIAL, e até o final da vigência desse contrato de compra de energia, a CONCESSIONÁRIA deverá ressarcir mensalmente a CPTM conforme regras estabelecidas neste item 9, não podendo optar por outra contratação de fornecimento de energia com outras empresas para o mesmo escopo contratual, observada a vigência da contratação, ou seja, até 31/12/2029. Com até 6 (seis) meses de antecedência do final da vigência, ou seja, até 30/06/2029, a CONCESSIONÁRIA deverá indicar à ARTESP qual será o seu futuro

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

fornecedor de energia, iniciando desta forma o processo de transferência da responsabilidade pela contratação e pelo pagamento da energia de tração em alta tensão (A2), incluindo as decorrentes dos CUSD, listado no item 9.11, cuja titularidade também deverá ser transferida à CONCESSIONÁRIA a partir de 01/01/2030.

- 9.2.2. Ao final da FASE PRÉ-OPERACIONAL, a CONCESSIONÁRIA obrigatoriamente deverá ter concluído o processo de transferência dos CCER em média tensão (A4) para as cabines primárias, listados no item 9.9 e contas de energia em baixa tensão (B3), listados no item 9.8, assumindo a responsabilidade pelo pagamento das despesas de energia.

9.3. RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE ENERGIA E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS ANTERIORES ÀS TRANSFERÊNCIAS DE TITULARIDADE (GESTÃO CPTM)

- 9.3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá ressarcir mensalmente à CPTM os valores pagos referentes à energia consumida, os custos de distribuição, os impostos, obrigações junto à CCEE, multas contratuais por ultrapassagem de demanda contratada, e demais custos pertinentes e regulamentados, envolvendo as contratações nas modalidades livre e cativo, referentes às subestações com fornecimentos em A2, cabines primárias com fornecimento em A4, e instalações alimentadas em baixa tensão B3 das LINHAS. As condições e prazo do ressarcimento serão estabelecidos em normativo da gestão contratual a ser expedido pela ARTESP, em conjunto com a CPTM, quando do início da OPERAÇÃO COMERCIAL.
- 9.3.2. Unidades no Mercado Cativo. Os valores pagos das faturas das unidades consumidoras contratadas no Mercado Cativo junto à concessionária local deverão ser ressarcidos pela CONCESSIONÁRIA à CPTM em seu valor integral, pois estas já consideram tanto o fornecimento de energia elétrica quanto o uso do sistema de distribuição e impostos.
- 9.3.3. Unidades no Mercado Livre. A CONCESSIONÁRIA deverá ressarcir mensalmente à CPTM os valores proporcionais à energia consumida nas subestações Manoel Feio, Sebastião Gualberto, Braz Cubas, Calmon Viana, Ayrton Senna, Ermelino Matarazzo e Patriarca, sendo que o cálculo desta proporcionalidade será realizado através dos dados obtidos do relatório de medidas consolidadas do SCDE da CCEE, determinando a parcela percentual que caberá à CONCESSIONÁRIA em relação ao total da fatura de energia do contrato de fornecimento de energia no ACL celebrado pela CPTM. Este processo de apuração será mensal.
- 9.3.4. As faturas referentes aos CUSD das subestações existentes deverão ser ressarcidas em seu valor integral, uma vez que nestas estão contidos os encargos para uso do sistema de distribuição e os impostos referentes ao fornecimento da energia elétrica.

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

- 9.3.5. As tarifas públicas dos contratos vigentes de energia são reguladas pela ANEEL, cujo reajuste anual de tarifas da ENEL se dá no dia 04/07 de cada ano e para a EDP no dia 23/10 de cada ano.
- 9.3.6. Os encargos provenientes da CCEE, como garantia financeira, liquidação financeira do mercado de curto prazo, de encargo de energia reserva, contribuição dos agentes e outros, também serão considerados de forma proporcional, utilizando o relatório de medidas consolidadas do SCDE da CCEE.
- 9.3.7. As despesas relativas às unidades no mercado livre terão sua memória de cálculo apresentada à CONCESSIONÁRIA, que terá 5 (cinco) dias úteis para análise e manifestação. A ausência de manifestação por parte da CONCESSIONÁRIA neste prazo será entendida como aprovação da despesa. Nesse caso, a CPTM cobrará o devido ressarcimento da CONCESSIONÁRIA, não cabendo qualquer alegação contrária.
- 9.3.8. As despesas proporcionais dos SERVIÇOS relativas ao consumo de energia e demanda das subestações retificadoras de Engenheiro São Paulo e Memorial da América Latina, alimentadas pela subestação primária Pari, pertencente à Linha 10 da CPTM, terão sua memória de cálculo apresentada à CONCESSIONÁRIA, com cópia à ARTESP e ao AUDITOR INDEPENDENTE, devendo este último subsidiar a análise e manifestação da CONCESSIONÁRIA, no prazo de 10 (dez) dias úteis. A ausência de manifestação por parte da CONCESSIONÁRIA neste prazo será entendida como aprovação das referidas despesas. Nesse caso, a CPTM cobrará o devido ressarcimento da CONCESSIONÁRIA. As PARTES, em conjunto com a CPTM, deverão estabelecer normativo com procedimentos dessas medições e o rito do ressarcimento e cobrança.

9.4. SAZONALIZAÇÃO

- 9.4.1. A CPTM realiza anualmente a sazonalização do contrato de fornecimento de energia elétrica no ACL. Para as subestações Manoel Feio, Sebastião Gualberto, Braz Cubas, Calmon Viana, Ayrton Senna, Ermelino Matarazzo e Patriarca, a CPTM realizará os cálculos e os apresentará à CONCESSIONÁRIA com até 10 (dez) dias de antecedência do prazo de entrega final. As possíveis divergências deverão ser discutidas e solucionadas entre as partes de forma pontual.

9.5. FATURAS DE ENERGIA

- 9.5.1. Enquanto não forem realizadas as transferências de titularidade dos contratos e contas de energia de baixa tensão (B3), listadas no item 9.8 a CPTM encaminhará à CONCESSIONÁRIA as faturas de energia elétrica referentes às unidades consumidoras das LINHAS. A CONCESSIONÁRIA terá até 5 (cinco) dias úteis para manifestação sobre qualquer possível divergência apresentada nas faturas. A ausência de manifestação por parte da CONCESSIONÁRIA neste prazo será entendida como fatura aprovada. Nesse caso, a CPTM cobrará o devido ressarcimento da CONCESSIONÁRIA. A

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

CONCESSIONÁRIA deverá providenciar, às suas custas, as despesas para a individualização do fornecimento de energia junto à EDP para os imóveis localizados entre as estações de Mogi das Cruzes e Estudantes.

9.6. ALTERAÇÕES DE DEMANDA CONTRATADA

9.6.1. Até a realização da transferência de titularidade dos contratos das unidades consumidoras, a CPTM permanecerá como gestora dos contratos junto à Enel Brasil S.A. e à EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A, de forma que necessidades de alterações de demandas contratadas deverão ser identificadas e informadas pela CONCESSIONÁRIA à CPTM para avaliação e realização do processo.

9.6.2. As solicitações de alteração de demanda contratada deverão ser apresentadas à CPTM e deverão conter as seguintes informações:

- i. Nome da unidade consumidora;
- ii. Referência contratual da unidade consumidora;
- iii. Mês para a alteração de demanda contratada;
- iv. Demanda contratada atual em horário de ponta e fora de ponta;
- v. Demanda contratada desejada em horário de ponta e fora de ponta;
- vi. Justificativa técnica para a alteração de demanda contratada; e
- vii. Tabela comparativa de custos atuais e custos previstos para a unidade consumidora após alteração.

9.6.3. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar as solicitações de alteração de demanda contratada com a antecedência necessária para atender aos prazos definidos na legislação do setor elétrico e aos trâmites internos da CPTM. Portanto, tais solicitações devem obedecer aos seguintes prazos:

- i. Aumento de demanda contratada ou alterações de acordo operativo: devem ser solicitados com antecedência mínima de 4 (quatro) meses do início do novo valor de demanda desejado. Considera-se este prazo para a alteração do Acordo Operativo desde que sua minuta já esteja consolidada entre as partes, inclusive por parte da Enel Brasil S.A. e da EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A, e devidamente aprovadas pela CPTM e pela CONCESSIONÁRIA;
- ii. Redução de demanda contratada para subestações – A2: devem ser

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

solicitadas com antecedência mínima de 7 (sete) meses do início do novo valor de demanda desejado;

- iii. Redução de demanda contratada para cabines primárias – A4: devem ser solicitadas com antecedência mínima de 4 (quatro) meses antes do início do novo valor de demanda desejado.

9.6.4. A CPTM analisará todas as solicitações de alteração de demanda contratada, que devem ser justificadas tecnicamente. Caso a CPTM verifique a existência de divergências na solicitação, informará à CONCESSIONÁRIA, concedendo prazo para eventual correção.

9.6.5. Caso a solicitação de alteração de demanda contratada gere custos para adequação do sistema elétrico, estes custos serão arcados pela CONCESSIONÁRIA.

9.7. ULTRAPASSAGEM DE DEMANDA CONTRATADA

9.7.1. A ocorrência de ultrapassagens de demanda contratada gera multas aplicadas em termos contratuais pela Enel Brasil S.A e pela EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.

9.7.2. Os custos e multas referentes às ultrapassagens de demanda contratada serão de responsabilidade integral da CONCESSIONÁRIA, salvo em ocasiões em que a indisponibilidade no fornecimento se dê por razões não atribuíveis ao consumidor, conforme previsto no parágrafo único do art.93 da Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010.

9.8. LIGAÇÕES DE ENERGIA BAIXA TENSÃO (B3)

FORNECEDORA	LINHA	INSTALAÇÃO	ENDEREÇO DA INSTALAÇÃO	ESTAÇÃO/ÁREA RESPONSÁVEL	CIDADE
ENEL	11	116280280	R.ENG.BALEM, 136 - TATUAPÉ	PÁTIO BELÉM	SÃO PAULO
EDP	11	33065721	AV.GUILHERME GIORGI,1405	CABINE SECCIONADORA DE JUNDIAPEBA	MOGI DAS CRUZES
EDP	11	33065713	R.GUILHERME GEORGE, 1235	LAVADOR JUNDIAPEBA	MOGI DAS CRUZES
ENEL	11	54529522	R.MARAMBAINHA, 37	TORRE DE RÁDIO (DOFS)	SÃO PAULO
EDP	11	34439943	R.BASILIO MARQUES, 28 B	ESTACIONAMENTO/D EPÓSITO VP ESTAÇÃO MDC	MOGI DAS CRUZES
EDP	11	34412654	PÁTIO DAS OFICINAS - MOGI	PÁTIO DAS OFICINAS - MOGI DAS CRUZES	MOGI DAS CRUZES

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

FORNECEDORA	LINHA	INSTALAÇÃO	ENDEREÇO DA INSTALAÇÃO	ESTAÇÃO/ÁREA RESPONSÁVEL	CIDADE
			DAS CRUZES - 08710-000		
EDP	11	34701940	PN - PROF.NORMA VICENTE, 47	PASSAGEM DE NÍVEL ESTAÇÃO MOGI DAS CRUZES	MOGI DAS CRUZES
EDP	11	37006754	R.HERCULANO D.RIBAS, 612 C9	REDE AÉREA DE CALMON - DOFE	POA
EDP	11	37006649	R.HERCULANO D.RIBAS, 556	PÁTIO DE CALMON VIANA	POA
ENEL	11	203206050	R ARMAÇÃO DOS BÚZIOS 113	GUARITA CANTEIRO DE OBRAS ARTHUR ALVIM	SÃO PAULO
ENEL	11	204253578	AV.NAGB FARAH MALUF, 1880	CABINE SECCIONADORA JOSÉ BONIFACIO	SÃO PAULO
EDP	11	150428137	AV.IBAR, S/N	POSTE DE ILUMINAÇÃO PASSARELA PÚBLICA.	POA
EDP	11	151284678	RUA FELIX MAZZUCA, Nº 100	CABINE SECCIONADORA FERRAZ DE VASCONCELOS	FERRAZ DE VASCONCELOS
ENEL	11	73883361	R.DR.ALMEIDA LIMA, 581	PATIO / OFICINAS ROOSEVELT	SÃO PAULO
EDP	11 - ESTAÇÃO	33066272	AV.DONA AUREA MARTINS DOS ANJOS, 18	ESTAÇÃO JUNDIAPEBA	MOGI DAS CRUZES
EDP	11 - ESTAÇÃO	33338531	AV.GOVERNADOR ADHEMAR DE BARROS, 135	ESTAÇÃO MOGI DAS CRUZES	MOGI DAS CRUZES
EDP	11 - ESTAÇÃO	44040105	R.CABO DIOGO OLIVER, 19	ESTAÇÃO MOGI DAS CRUZES	MOGI DAS CRUZES
ENEL	11 - ESTAÇÃO	201399810	RUA SALVADOR GIANETTI, 305	ESTAÇÃO GUAIANAZES	SÃO PAULO
EDP	11 - ESTAÇÃO	35290200	AV.PADRE ANCHIETA, 1355	ESTAÇÃO BRAZ CUBAS	MOGI DAS CRUZES
EDP	11 - ESTAÇÃO	37519859	R.PROF.ALVARO PAVAN, 9	ESTAÇÃO ESTUDANTES	MOGI DAS CRUZES
ENEL	11/12	201586113	RUA ALVINOPOLIS, 450 X ENT IND	CABINE SECCIONADORA VILA MATILDE	SÃO PAULO
ENEL	11/12	45186294	AV.AGUIA DE HAIA, S/N CS1	POSTO SEGURANÇA ANTIGA ESTAÇÃO ARTHUR ALVIN	SÃO PAULO
ENEL	11/12	44930313	R.MELO PEIXOTO, 1618 - TATUAPE	SUBESTAÇÃO(PÁTIO) SEBASTIAO GUALBERTO - REDE ÁREA - LINHAS 11/12 - (DOLE)	SÃO PAULO

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

FORNECEDORA	LINHA	INSTALAÇÃO	ENDEREÇO DA INSTALAÇÃO	ESTAÇÃO/ÁREA RESPONSÁVEL	CIDADE
EDP	12 - ESTAÇÃO	34729631	AV.BRASIL, 1443	ESTAÇÃO CALMON VIANA	POA
EDP	12 - ESTAÇÃO	38695120	AV.PRES.TANCREDO NEVES, 800	ESTAÇÃO ITAQUAQUECETUBA	ITAQUAQUECETUBA
EDP	12 - ESTAÇÃO	36741493	R.VER.OSVALDO DO NASCIMENTO, 55	ESTAÇÃO ARACARÉ	ITAQUAQUECETUBA
ENEL	12 - ESTAÇÃO	88461793	PRAÇA AG.CICERO, S/N	ESTAÇÃO BRÁS	SÃO PAULO

9.9. LIGAÇÕES DE ENERGIA MÉDIA TENSÃO (A4)

CONTRATO	FORNECEDORA	LINHA	LOCAL	Nº INSTALAÇÃO	MÊS DE RENOVAÇÃO CONTRATUAL CUSD
802217305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	11-CORAL	ESTAÇÃO POÁ	150788080	ABRIL
803017305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.(ENEL)	11-CORAL	ESTAÇÃO DOM BOSCO	MTE0010021	JUNHO
825716305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.(ENEL)	11-CORAL	ESTAÇÃO GUAIANASES	MTE0007735	OUTUBRO
825816305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.(ENEL)	11-CORAL	ESTAÇÃO JOSÉ BONIFÁCIO	MTE0008001	OUTUBRO
826016305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	11-CORAL	ESTAÇÃO ANTÔNIO GIANETTI NETO	503720	OUTUBRO
831016305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	11-CORAL	ESTAÇÃO SUZANO	150900397	OUTUBRO
831216305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	11-CORAL	ESTAÇÃO FERRAZ DE VASCONCELOS	150800653	NOVEMBRO
022022305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.(ENEL)	12-SAFIRA	ESTAÇÃO SÃO MIGUEL PAULISTA	0201817838	OUTUBRO
022322305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.(ENEL)	12-SAFIRA	ESTAÇÃO ITAIM PAULISTA	0200148775	OUTUBRO
803817305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.(ENEL)	12-SAFIRA	ESTAÇÃO JARDIM ROMANO	200196479	JUNHO

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

CONTRATO	FORNECEDORA	LINHA	LOCAL	Nº INSTALAÇÃO	MÊS DE RENOVAÇÃO CONTRATUAL CUSD
804917305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.(ENEL)	12-SAFIRA	ESTAÇÃO ERMELINO MATARAZZO	200019253	JUNHO
805117305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.(ENEL)	12-SAFIRA	ESTAÇÃO JARDIM HELENA-VILA MARA	200145841	JUNHO
805817305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.(ENEL)	12-SAFIRA	ESTAÇÃO USP LESTE	200019252	JUNHO
809717305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.(ENEL)	12-SAFIRA	ESTAÇÃO BRÁS	MTE0012997	JUNHO
826116305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	12-SAFIRA	ESTAÇÃO ENGENHEIRO MANOEL FEIO	149063	OUTUBRO
811517305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.(ENEL)	13-JADE	ESTAÇÃO ENGENHEIRO GOULART	203086830	JULHO
822917305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	13-JADE	ESTAÇÃO GUARULHOS-CECAP	150968551	DEZEMBRO
823017305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	13-JADE	ESTAÇÃO AEROPORTO-GUARULHOS	150964630	JANEIRO

9.10. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA - ALTA TENSÃO (A2) - MERCADO LIVRE

OBJETO	CONTRATADA	VIGÊNCIA
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE – ACL, PARA ENTREGA NO CENTRO DE GRAVIDADE DO SUBMERCADO SUDESTE/CENTRO-OESTE PARA AS SUBESTAÇÕES DE TRAÇÃO ELÉTRICA DA CPTM	BANCO BTG PACTUAL	31/12/2029

9.11. CONTRATOS DE CONEXÃO E USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO (CCD/CUSD) - ALTA TENSÃO (A2)

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

CONTRATO	DISTRIBUIDORA	LINHA	LOCAL	Nº INSTALAÇÃO	MÊS DE RENOVAÇÃO CONTRATUAL CUSD
839816305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	11-CORAL	SUBESTAÇÃO BRAZ CUBAS	502316	ABRIL
DL01223-01	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.(ENEL)	11-CORAL	SUBESTAÇÃO PATRIARCA	ATE0015411	ABRIL
807817305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	12-SAFIRA	SUBESTAÇÃO MANOEL FEIO	150444793	JUNHO
808517305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.(ENEL)	12-SAFIRA	SUBESTAÇÃO SEBASTIÃO GUALBERTO	100002923	JULHO
840416305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	12-SAFIRA	SUBESTAÇÃO CALMON VIANA	150063188	ABRIL
DL00623-01	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.(ENEL)	12-SAFIRA	SUBESTAÇÃO ERMELINO MATARAZZO	ATE0015004	ABRIL
842117305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	13-JADE	SUBESTAÇÃO AYRTON SENNA	150980578	ABRIL

9.12. GESTÃO DE CONTRATOS DE ENERGIA

- 9.12.1. Até a transferência de titularidade dos contratos e contas, a CONCESSIONÁRIA deverá indicar responsável para as tratativas referentes aos contratos e faturas de energia junto à CPTM, o qual receberá as faturas de energia e realizará as solicitações de alterações de demanda contratada, dentre outras atividades.